



José Brianezi, pai de um estudante

“desaparecido”

“...me disseram que só entregavam o corpo de gente subversiva depois que ele completasse tres anos debaixo da cova”.

(Pág. 5)

Protesto em cadeia

Depoimentos de 3 presos políticos em greve de fome:

Alberto Vinícius do Nascimento, Carlos Alberto Soares, Marcelo Melo. A quarta greve de fome em Itamaracá (PE).

(Pág. 5)

Os unidos do MDB

O bloco da oposição fala em coesão ao abrir a campanha eleitoral deste ano. Mas nos bastidores a conversa é outra.

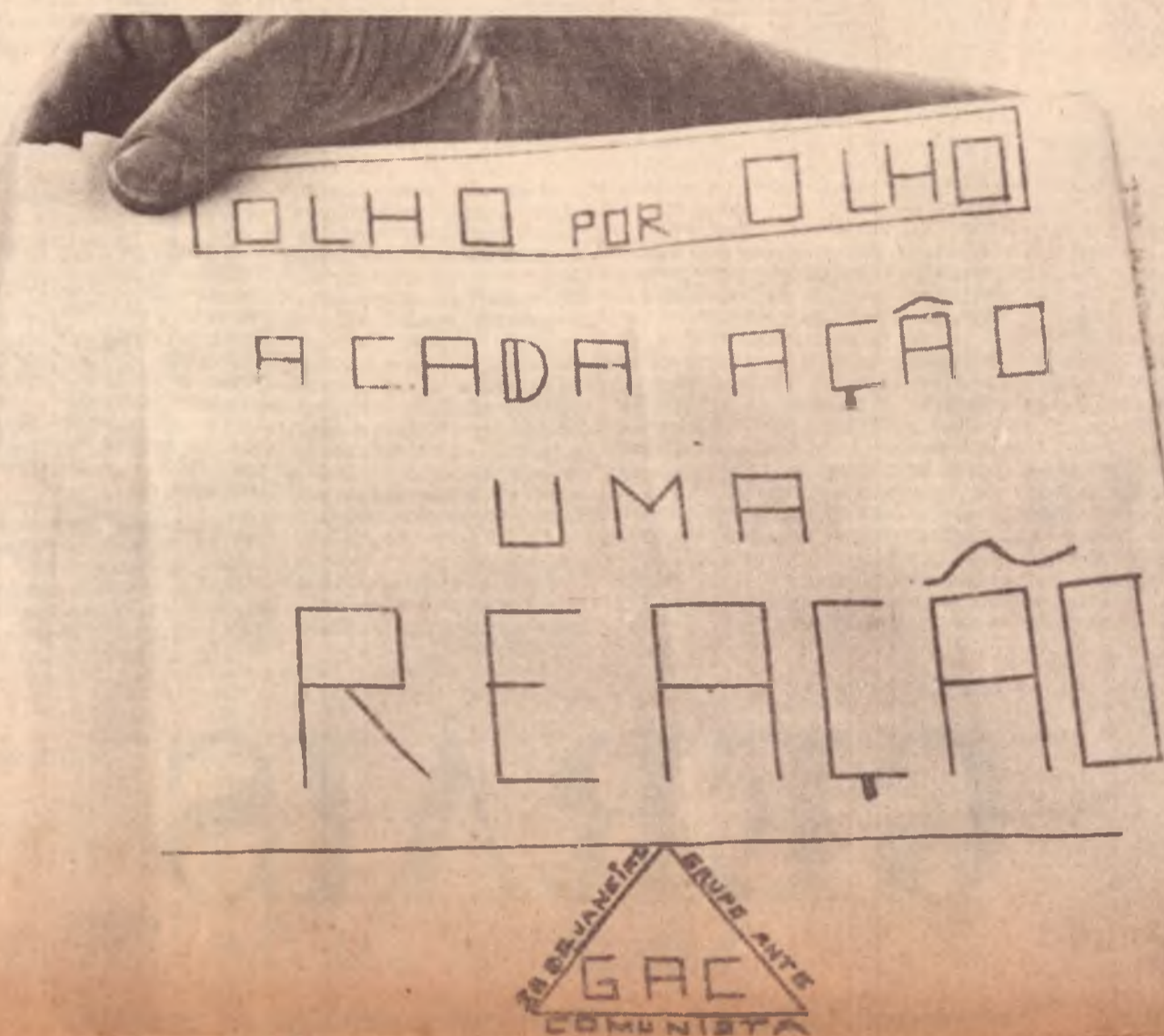
(Pág. 4)

**CBD INFORMA:
SAEM
OS CRAQUES,
ENTRAM
OS CARTOLAS.**

(Pág. 4)

BOMBAS CONTRA A ANISTIA

A medida em que cresce a campanha pela anistia, aumenta o desespero do “braço clandestino da repressão”.



O aviso deixado pelo Grupo Anti-Comunista (GAC), junto com uma das bombas, em Belo Horizonte.

“Isso é o sinal de desespero. Nos regimes de exceção eles se nutrem do medo. Esses atos de loucura não nos intimidam”, foi o comentário de Terezinha Zerbini, presidente nacional do Movimento Feminino pela Anistia, sobre o atentado à bomba dirigido contra a casa onde se hospedava, em Belo Horizonte, na madrugada de terça-feira.

A senhora Helena Greco, de 63 anos e presidente da seção mineira do MFPA, preparava-se para deitar, quando ouviu uma freitada brusca em frente à sua residência e um barulho forte no portão: “Eu e minha filha saímos e vimos um carro volks dobrar a esquina. Sentimos um cheiro de pólvora e entramos correndo. Logo depois a bomba explodiu no passeio e fez um buraco no cimento”. Ela mora em frente a um quartel do Exército e às

sete horas dois soldados foram lhe perguntar o que aconteceu. “Eu lhes disse que os sentinelas é que deveriam informar”.

Horas antes, Terezinha Zerbini e Helena Greco haviam dirigido uma agitada manifestação comemorativa da passagem do 33º aniversário da assinatura do decreto de anistia de 1945, à qual compareceram 1500 pessoas. O ato foi interrompido com a entrada de agentes do DOPS. O capitão Aécio Coutinho, da Polícia Militar, apossou-se do microfone para avisar que o Grupo Anti-Comunista, o GAC, colocou três bombas no recinto. Vaias. Havia pelo menos uma bomba de confecção artesanal, ligada a um relógio, com um papel onde se lia a inscrição: “GAC, olho por olho, dente por dente”.



A gráfica do DCE-UFMG, danificada pela ação do GAC.



Helena Greco e Terezinha Zerbini.

Itaici: exige-se uma definição dos bispos brasileiros.



Marcelo Carvalheira

Desde a última assembleia geral dos bispos da América Latina, em Medellín, Colômbia, há dez anos, a Igreja do continente vem passando por várias transformações, que vão claramente se tornando em divisores de águas entre as alas progressistas e retrógradas do clero. A reinterpretação do Evangelho segundo uma visão mais ligada à vida dos povos latino-americanos acirra as contradições a ponto de, às vésperas da próxima assembleia geral em Puebla, no México, a CELAM (Conferência do Episcopado Latino Americano) lançar um documento preparatório do encontro, nitidamente inspirado pelas mais reacionárias posições defendidas pela Cúria Romana. Em Itaici, São Paulo, os bispos se reúnem para discutir o assunto e traçar a posição brasileira frente ao documento e a pauta da próxima assembleia: - Evangelização no futuro e no presente na América Latina. Sobre a nova concepção evangélica no continente e sobre a chamada Teologia da Libertação. D. Marcelo Carvalheira, bispo-auxiliar da Paraíba, fala na página 6.

Quatro anos do 25 de abril em Portugal

(Pág. 9)

Pornochanchada: as reformas eróticas.

(Pág. 8)

CAMINHOS DA ANISTIA

Como encontrar as formas mais corretas de organização e as teses mais apropriadas para um movimento que cresce como uma bola de neve?

A imagem de uma bola de neve a crescer sem cessar é perfeitamente aplicável ao estágio atual do movimento de luta pela anistia. Tanto que já chama atenção até mesmo das organizações para-militares de direita, como acaba de comemorar a atração do Grupo Anti-Comunista, GAC, que colocou uma bomba no Colégio Santo Antônio, em Belo Horizonte, onde se comemorava o 33º aniversário da anistia conquistada em 1945.

Tentativas inúteis de intimidação, porque a cada dia, novos setores aderem à bandeira da anistia. A própria CNBB decidiu, no primeiro dia de sua Assembleia de Itaipava, discutir a questão. No último dia 18, aniversário da anistia de 415, foram realizados vários atos a favor dessa exigência. Também estão em formação, em diversos Estados, inúmeros comitês de luta. Por outro lado, juristas e parlamentares elaboravam vários projetos de lei com objetivo de colocar propostas concretas em forma jurídica acabada no cenário.

A expansão do movimento é apenas uma de suas características atuais que merece destaque. A outra é a definição de seus caminhos. Colocam-se na mesa várias teses pelas quais o movimento deverá optar. Anistia parcial, da qual não se beneficiariam grande parte dos presos políticos atuais por terem sido condenados por ações armadas. Anistia recíproca, voltada tanto para os torturados quanto para os torturadores. Anistia ampla, geral e irrestrita para todos os presos políticos, banidos, exilados e cassados pelo regime militar. E ainda, anistia ampla e o mpanhada do fim do aparato repressivo e punição para os torturadores.

Ainda é cedo para dizer qual dessas teses irá vingar. Até por que a anistia será tão mais ampla quanto maior for a participação dos setores populares. Contudo, é possível definir que para que a luta pela anistia supere os limites colocados à sua frente torna-se necessário um esforço maior no sentido de encontrar as formas apropriadas de organização compatíveis com seu crescimento e com a democracia interior que todos concordam que deve conter. A outra necessidade é a de aproximação entre si, os vários movimentos pela anistia; e também das lutas mais gerais pelas liberdades democráticas.

Terezinha Zerbins, presidente nacional do Movimento Feminino pela Anistia, e o advogado Luiz Eduardo Greenhalg, membro da comissão provisória do Comitê de Luta pela Anistia, de São Paulo, dão suas visões do movimento e falam como entendem a própria bandeira da anistia.

Luiz E. Greenhalg, da comissão provisória do Comitê de Luta pela Anistia (São Paulo)

"Não se deve esquecer que existiram e existem torturadores, mas acho incorreto atrelar o movimento pela anistia à palavra de ordem de punição dos torturadores, que é muito mais de propaganda do que de ação imediata. Colocar essa palavra de ordem seria radicalizar e afastar setores importantes que lutam pela anistia, um infantilismo, um esquerdismo do movimento."

ET - Como foi formado o Comitê de Luta pela Anistia em São Paulo?

Quais as diferenças entre o Comitê e o Movimento Feminino pela Anistia?
Luiz Eduardo Greenhalg - A luta pela anistia no Brasil tomou um grande impulso com o surgimento do Movimento Feminino pela Anistia em 1975, quando começou a arregimentar forças por uma anistia ampla a todos os atingidos pelos atos de exceção. Esse movimento tem a qualidade inegável de ter sido o primeiro a levantar a bandeira nacionalmente, porém, mais recentemente, houve necessidade de incorporar novos setores à essa luta, não só porque era um movimento feminino mas principalmente pela necessidade de novas formas de organização, pois a anistia só será viável se for cada vez mais um movimento popular. A realidade brasileira, a preocupação cada vez maior com os direitos humanos, o combate à repressão, prisões, torturas forçaram outros setores a participar da luta e iniciar um movimento mais amplo e organizado. Além disso, o Movimento Feminino pela Anistia é um movimento já estruturado, com uma política própria a seguir e o Comitê de São Paulo ainda está em organização, em debate.

ET - Os novos comitês de São Paulo e dos outros Estados têm o mesmo programa, uma organização comum?

Luiz Eduardo - A idéia é que sejam parte integrante de um mesmo movimento mas cada um deve ter autonomia em cima de suas especificidades.

ET - O comitê tem enfrentado problemas na sua estruturação? Existem divergências em relação aos caminhos que devem ser seguidos pelo Comitê?

Luiz Eduardo - Os debates foram polarizados por duas propostas: uma propunha que o comitê fosse organizado em uma coordenação geral de que participariam representantes de entidades; outra propunha que as deliberações fossem tomadas em assembleias gerais, com voto individual e não por entidade. Ao final de várias reuniões algumas difíceis chegou-se à unidade com uma proposta que eu acho ser uma síntese superior das duas anteriores: haverá uma coordenação geral com representantes das entidades envolvidas na luta pela anistia, uma comissão executiva, encarregada de levar à prática as definições e princípios do movimento e sempre que houver necessidade de decisões sobre atos e manifestações públicas, estas serão tomadas em assembleias gerais com votos individuais.

ET - Você acredita que a anistia é uma palavra de ordem que pode unir os movimentos de oposição do Brasil?

Luiz Eduardo - Anistia é realmente uma das poucas palavras de ordem que podem dar consequência ao movimen-

to de oposição, pois ela é condição prévia para qualquer outra: Estado de Direito, Constituinte, etc. Por isso é uma luta que deve ser bem traçada e democraticamente debatida por todos. Existem lutas específicas de setores específicos e lutas gerais de setores específicos. A anistia é uma luta geral de qualquer setor e o movimento deve ser capaz, deve ser estruturado para encorpar todos os setores possíveis, deve ser uma campanha nacional, unificadora e intransigente. Não pode aceitar anistia parcial, revisão de processos, perdão ou outros substitutivos. É uma luta sem tréguas que abrange a luta por outros direitos fundamentais, como o direito de greve, melhores salários para a classe operária, sindicatos livres, etc.

ET - A classe operária tem condições de se mobilizar hoje numa luta pela anistia?

Luiz Eduardo - É ilusão acreditar que a classe operária hoje está apta para levantar a bandeira da anistia. Ela luta hoje pelas questões específicas de melhores condições de vida e trabalho, sindicatos livres mas é preciso mostrar a vinculação dessas lutas com a luta mais geral pela anistia. É um trabalho que nos temos que fazer, organizar núcleos de trabalho em toda a periferia, nos sindicatos e em todas as organizações da classe operária para que a palavra de ordem se popularize, deixe de ser uma discussão das elites intelectuais e passe a ser voz corrente nas camadas populares.

ET - Como você vê a questão, levantada por alguns movimentos e personalidades, da anistia como perdão, como pacificação nacional?

Luiz Eduardo - A anistia não é perdão. Quem vê por este ângulo aceita que hajam vencedores e vencedores. O regime militar implantado em 64 ainda não ouviu setores significativos da classe média e muito menos a classe operária, os setores marginalizados e oprimidos e esses setores não tem por que pedir perdão.

ET - Há um setor do movimento que propõe anistia recíproca - torturados e torturadores - e outro que exige a punição dos torturadores. Como o comitê de São Paulo se situa nesta questão?

Luiz Eduardo - A anistia para os torturadores não se coloca porque o movimento visa defender os presos e perseguidos e até hoje, após 14 anos de regime militar, nenhum torturador foi punido, ao contrário, torturadores são sempre promovidos. Quanto maior a violência praticada, maior a promoção. O que se deve colocar é que todos os que praticaram abusos de poder e torturas deverão ser julgados com todos os direitos, inclusive o direito de defesa, que poucos presos políticos têm na sua plenitude. E se condenados deverão cumprir pena, sem dúvida. Quanto aos setores que exigem a punição dos torturadores,

tenho impressão que pretendem com isso fazer com que ninguém esqueça que existiram e existem os torturadores que cometeram e cometem atos de violência. Que eles continuam à solta, cometendo arbitrariedades. É muito mais uma palavra de ordem de propaganda do que de ação imediata. Mas acho incorreto atrelar o movimento pela anistia à essa preocupação. O movimento deve se preocupar com a anistia e não com a punição. Colocar essa palavra de ordem hoje seria radicalizar o movimento, afastar dele seto-

res significativos que lutam pela anistia.

Um infantilismo, um esquerdismo do movimento. Mas, apesar disso, não se deve realmente esquecer que existem torturas e torturadores. Uma lição importante que se deve tirar da anistia de 1945 é que a população foi despertada para a necessidade da anistia e adormecida para a necessidade de processar os que violaram os direitos humanos. Se isso tivesse acontecido o regime pós 64 teria hesitado em usar a violência e a tortura contra o povo.

Terezinha Zerbins, presidente nacional do Movimento Feminino pela Anistia.

"Os que lutam pela anistia devem se organizar em comitês setoriais, comitês de artistas, profissionais liberais, estudantes; o certo seria esse caminho. Da forma como está indo só irá acirrar polêmicas internas de que a repressão poderá se servir. Está havendo muito voluntarismo, oportunismo até."

ET - Como se iniciou o Movimento Feminino pela Anistia e qual sua situação atual?

Terezinha Zerbins - O Movimento Feminino pela Anistia foi criado em março de 1975 e atualmente tem onze núcleos já formados nos Estados e dois em formação. São 100 mil pessoas mobilizadas na luta pela anistia em todo o país. A ligação entre os núcleos é através do estatuto que é um só mas cada um tem autonomia para dirigir suas lutas. Após dois anos da elaboração do estatuto, depois de muita luta enfrentada, realizamos em 77 o Encontro Nacional do MFA e elaboramos um programa - o Plano Piloto.

Nós tivemos que criar o nosso espaço político e o fizemos comemorando tudo: em 75 comemoramos a morte de Getúlio Vargas, levamos flores à estátua de Caxias, dentro da visão de que Getúlio foi quem mais anistiou e Caxias foi um pacificador.

ET - Considerando que o espaço político das oposições foi, em geral, ampliado, o MFA que partiu das colocações de concórdia, pacificação nacional, apagar o passado, modificou suas posições, ou seu conceito de anistia?

Terezinha - Nós sabemos que o universo da anistia está dentro do universo da justiça mas que para conseguí-la é preciso a luta política. Mas em 75 não podíamos começar de outra forma quando todo o país estava castrado pelo medo. Acreditamos que a anistia não é dádiva, favor do mais forte mas significa a paz, a concórdia, a união.

ET - Os comitês surgidos recentemente tem colocado a anistia de forma mais ampla. Uma das reivindicações, por exemplo, é o desmantelamento dos órgãos de repressão, o que não conflita necessariamente com a tese de pacificação nacional, pois se um dos lados continua com o porrete na mão não se pacificou nada. O MFA inclui essa questão no seu programa?

Terezinha - Para a MFA essa proposta é inadequada e sem sentido político. Se anistia é preliminar da pacificação como inicia-la ameaçando? Se se mostra outro porrete então não se quer pacificação. Anistia é desarmar os espíritos. A partir de 64 vivemos num regime de exceção. Eles disseram que era para redemocratizar. Esses 14 anos mostraram que o que eles queriam era empalmar o poder. Então, a juventude, as pessoas mais idealistas que não puderam aceitar a impostura partiram para a luta. De 69 a 73 vivemos numa



EDGAR CARONE:

"A anistia de 45 foi conquistada"

O historiador Edgar Carone relembra a conjuntura política em que foi assinado o decreto de anistia, em 18/4/1945, data que completou 33 anos esta semana e foi comemorada com atos em vários estados.

A anistia de 45 só pode ser entendida como momento final de um processo. É natural que, quando aqueles que deram o golpe em 37, estavam no auge do seu poder, de maneira nenhuma eles pretendiam dar anistia a quem eles tinham marginalizados quer dizer, aos presos, aos cassados da época, aos foragidos, aos exilados. Comunistas, liberais e outros começaram a partir de 42, a exigir a entrada do Brasil na guerra contra o fascismo.

Se o Brasil se engajasse nessa guerra, como ele poderia continuar dentro de uma ditadura não iria cair. Mas no decorrer de 42/45, o processo de deterioração da ditadura aumenta, há um reforço da idéia da liberdade, de democracia, ao lado da idéia da anistia. Acontece o seguinte: com a derrota da Alemanha, e o avanço fantástico russo, americano e inglês, é natural que o país não tivesse mais condições de se manter. O ponto final é a vinda do sub-secretário de Estado americano que vem de Yalta, em janeiro, e com um recado ao Getúlio, que ou o Brasil faria as eleições ou os EUA não garantiriam nada. O Brasil não entraria na ONU, que tinha sido fundada em 1944. Dai o decreto de 28 de fevereiro de 1945, que dava uma abertura política. Esse recuo da ditadura ainda não tinha sido um recuo total, porque, há uma abertura, marca-se eleições presidenciais, dá-se liberdade política, dá-se liberdade de imprensa a uma hora para outra, mas o governo ainda tenta segurar, tenta manobrar a situação, jogando com outros fatores, entre eles a anistia. A pressão pela anistia é na verdade uma continuidade da pressão a favor da democracia. A anistia vem meses depois, em abril, mas não será dada de mãos beijadas: a pressão é grande através de comitês e comícios, nos jornais, nas manifestações e também no plano internacional. O governo é obrigado a recuar. Então, nós podemos entender que democracia e anistia não foram dadas pelo governo, mas conquistadas.

Existiram vários movimentos pela anistia. Em 1945, todos os grupos sociais e políticos se organizaram conjuntamente ou independentemente na luta. Quem iniciou foram os comunistas, que fizeram comitês populares destinados a uma propaganda e a uma exigência em favor da anistia. Também os liberais - advogados, médicos, engenheiros - participaram, porque o Estado Novo marginalizou elementos de todas as tendências que lhe eram contrárias. Dai, haver torres do país exilados como Armando Torres de Oliveira, que era um elemento da classe dominante, da oligarquia. Ou um Flores da Cunha, que em 1942 resolveu voltar ao país sabendo que seria preso. Ou os comunistas

que estavam fora como Jorge Amado e que em 1942 resolveram fazer Frente Única contra o totalitarismo. Portanto, abrangendo todas as tendências, com exceção daqueles que estavam no poder e que de maneira nenhuma pretendiam que o Brasil se abrisse num regime democrático.

A luta pela anistia não chegou a ganhar propriamente um caráter de movimento de massa. Partiu de organizações, de comitês, que tentavam agitar os grupos profissionais ou até movimentos que tinham um caráter mais genérico. Não havia propriamente um movimento nacional organizado, mas em todos os Estados do Brasil, as pessoas se levantaram a favor da anistia. Poderíamos dizer que o movimento pela anistia às vezes tomava características de massa, porque nos comícios contra o getulismo em 1945, um dos temas básicos nos discursos em praça pública diante de milhares e milhares de pessoas era a anistia, além de outros problemas, como a luta contra o nazismo, que estava se derrocando, ou a luta contra as formas totalitárias de governo.

Houve muitos comitês de mulheres. Elas sempre representaram um papel político muito importante na nossa história, particularmente no movimento operário.

A anistia era para todos, era ampla e irrestrita. O decreto de 18 de abril engloba todos aqueles que, de 1934 a 1945 tenham praticado ações contra o Estado, segundo os dizeres da época. Dá liberdade não só a quem que participaram da revolução de 1935, como da intenção integralista de 1938 e de todos aqueles que durante a guerra foram presos, mesmo os que atentaram contra a soberania nacional, isto é, os espíões estrangeiros, ou aqueles auxiliares do eixo. Então, nós podemos dizer que a revolução de 1945, em 1935, os revolucionários de direita, em 1938, foram beneficiados pela anistia de 45.

LIVRARIA ZAPATA

Rua Dr. Cesário Mota Jr., 285

Fone: 222-2861 São Paulo

Uma seleção de personalidades e altas patentes

Para Coutinho, o que interessa não são os dotes futebolísticos, mas sim a personalidade do homem. Para Paulo César, cortado da lista dos jogadores convocados, eles querem uma seleção de "cordeirinhos". E é com estes cordeirinhos e as altas patentes que lá estão, que a seleção brasileira vai à Argentina disputar o mundial de futebol.



Enquanto aumenta o número de brigadeiros, coronéis, tenentes e capitães que dela se servem, a seleção brasileira de futebol que se prepara para ir à Argentina disputar a Copa do Mundo vai perdendo os seus craques. O critério adotado pelo capitão-técnico Cláudio Coutinho e pela comissão técnica da CBD é o de formar um grupo de jogadores bonzinhos, doutrinados a ter um comportamento passivo e a não fazer nenhuma crítica, mantendo aquela visão caricata de que o jogador de futebol é analfabeto e burro e nada sabe além do que acontece dentro de campo.

com futebol, é político mesmo: "Nesta seleção ou se é cordeirinho ou então não tem vez. O jogador é obrigado a acatar todas as ordens da comissão técnica, mesmo as mais absurdas, e o regime é de colégio interno antigo." Coutinho, ao assumir o comando da seleção, foi claro ao advertir que para a Copa do Mundo as convocações "serão feitas não apenas com base no valor do jogador, mas também na personalidade do homem". A personalidade do homem eleito por Coutinho começa pela ausência de pensamento político próprio e passa pela total submissão dos jogadores aos regulamentos da CBD, tão arbitrários quanto os que o regime militar utiliza para conter a livre manifestação de outros setores da população.

medo sério no Brasil, tão sério, segundo dizem agora, que não pode mais ficar nas mãos de pessoas que dele entendem e o praticam, técnicos e jogadores, mas sim de almirantes e brigadeiros, que se não vão a campo jogar, esforçam-se para montar o circo exigido pelo regime. Pelo estatuto da CBD, que tem vinte itens, os jogadores estão proibidos de ter barba, cabelos compridos, receber visitas, fazer reivindicações ou expressar opiniões diferentes das dos chefes.

enquadrar, e ao mesmo tempo criou um ambiente de medo e intimidação entre os demais jogadores convocados. Se quem abre a boca para dar suas opiniões e não apenas tomar a benção dos pais é imediatamente afastado, quem é que vai ter coragem para falar alguma coisa agora? Mas Coutinho também ficou com medo, principalmente da repercussão negativa que teriam os cortes no Brasil. Lá fora tudo bem, mas aqui a barra é outra. Por pressões, ele já havia afastado da condição de titular o centroavante Reinaldo, do Atlético mineiro, artilheiro do Campeonato Nacional e justamente o jogador que ele mais elogiara antes da convocação. Acontece que Reinaldo deu uma entrevista ao jornal Movimento na qual se declarou

favorável à Constituinte às eleições diretas, à anistia, e à abertura política. Logo depois o almirante Helene Nunes, da CBD, criticou a entrevista e os médicos da seleção encontraram uma contusão no joelho de Reinaldo, que perdeu o lugar para Nunes. O medo de Coutinho é justificado porque a manipulação já foi longe demais, o torcedor sabe quem é bom e quem não é, e os próprios jogadores estão mais conscientes dos seus direitos. Hoje, eles estão organizados em associações, que lutam para transformar em sindicatos. Paulo César e Marinho, por exemplo, sabem que saíram por motivos políticos. Paulo César porque deu entrevistas contestando Pelé: "Acho que o povo brasileiro sabe votar e sou a favor de eleições diretas. Afinal, já estou com 28 anos e nunca votei...No

fim de tudo o problema é que os dirigentes querem que eu seja um robô despersonalizado e eu reajo sempre". Marinho, por sua vez, também foi diretamente ao assunto: "Esta é uma convocação política. O que o major Carmeiro, o tenente Carlusso e o almirante Helene Nunes (tem mais patentes a que o Marinho não citou) entendem de futebol?" Nada, mas o grande circo terá este ano quase 80 clubes, disputando um campeonato nacional vazio de público, mas cheio de times do interior, num esquema montado para conseguir votos para os candidatos do governo. Nas últimas eleições, foram muitos os cartolas e dirigentes de federações que se candidataram. Nenhum se elegeu.

(Álvaro Calas)

MDB & ELEIÇÕES

Todos unidos ...



Pressionado a avançar politicamente diante do crescimento das lutas democráticas que se dão no país e ameaçado de extinção com as reformas anunciadas pelo regime militar, o MDB inicia o ano eleitoral num ritmo lento e moderado, devendo entretanto, através do voto, receber a quemtara da insatisfação popular contra a atual situação política, econômica e social que vive o país. Desde que se começou a falar em dissolução dos dois partidos atuais, outro grande trunfo do governo autoritário contra a frente de oposição, há cerca de um ano, os membros do partido da oposição consentida iniciaram uma discussão buscando uma forma de manter a agremiação unida em torno da luta democrática, mesmo que sob outra denominação ou sigla. Ao lado da perspectiva de dissolução, debate-se a formação de novos partidos, entre os quais um de oposição mais definida, como é a polêmica em torno da criação de um partido socialista, da qual fazem parte, inclusive, alguns deputados do MDB.

consenso entre os congressistas hoje em dia, ainda que não seja um pacto delimitado e rigoroso. Para o senador Franco Montoro, ex-líder da bancada no Senado, esse é o pensamento geral do partido. "A experiência do MDB não está encerrada - diz Montoro - muito pelo contrário, há uma bandeira de luta pela democracia em jogo. O MDB está sendo o grande instrumento dessa resistência democrática"; "Eles ficarão surpresendidos, porque o MDB continuará com outra denominação, unido. Somente quando se conseguir a democracia no Brasil poderemos cogitar em novos partidos. É anti-patriótico dividir o MDB agora". Entre os membros de direção do partido, também moderados, a mesma opinião tem o líder da bancada na Câmara, Tancredino Neves, que irritado declarou: "... há um grande esforço no MDB para que continuemos unidos no partido, para criar uma nova agremiação política norteada pelos mesmos princípios e lutas". Nós nos opomos tenazmente à divisão do partido". A mesma opinião tem o presidente do partido, que está contra a divisão do MDB e acredita que essa tese tenha respaldo entre grande número de deputados.

Nos setores conservadores da bancada da Câmara, entre os quais desponta o gaúcho Antônio Brezolin, também tem apoio a tese de manutenção do MDB, mesmo se dissolvido, pois a sua experiência ainda não está encerrada, "pelo menos até as eleições de novembro" como declarou. Entre os setores de oposição autêntica do MDB também é fechada a questão do partido ainda tem um papel a cumprir dentro a luta pela democratização do país. "No momento - declara o gaúcho João Gilberto - interessa fortalecer a coalizão de oposição que é o MDB, inclusive em relação ao pleito deste ano", com o que concorda inteiramente o paulista João Cunha: "No quadro da ditadura não há porque se dividir o único instrumento de ação política com possibilidades inclusive eleitorais". Para alguns deputados autênticos, embora acreditando na necessidade de manutenção do MDB, é preciso desde já, ir discutindo a possibilidade "de formação de um partido consequente, fundado numa posição clara que o marque perante a opinião pública", como explicou o paulista Airton Soares. Na sua opinião, Brossard está querendo dar uma solução ideal para a luta da oposição. A oposição toda junta enquanto não houver democratização. A reformulação partidária vai ser feita exatamente para dividir a oposição em comum acordo com muitos oposicionistas que ocupam até posições de destaque no partido. Uma manobra, imagine, para reunir setores moderados do MDB aos menos queimados da Arena, para tentar um projeto de sustentação ao futuro presidente". De forma geral, observa-se que tanto os setores conservadores como os mais combativos e avançados politicamente, coincidem no pensamento de que, como frente de oposição ao regime, frente de luta democrática, o MDB ainda não encerrou a sua experiência, apesar dos limites da atuação parlamentar num regime ditatorial e da discussão que cresce buscando a construção de novos instrumentos de luta mais consequentes. (Carlos Alberto e Rita Nardeli)

... mas nem tanto.

Oficialmente, estão todos unidos. A declaração do líder do MDB no Senado, Paulo Brossard, de que a anunciada dissolução dos partidos não afetaria o MDB que, no máximo, mudaria de nome, foi respaldada por todos os setores do partido. Só que esta tão proclamada unidade pode terminar no momento da apuração dos votos, em novembro próximo. É preciso que o MDB ganhe as eleições - aí há acordo - mas cada tendência, dentro do partido de oposição, quer ganhar com seus candidatos. O senador Franco Montoro, categórico quando se trata de afirmar a necessidade da manutenção do MDB, já estaria articulando a formação de um novo partido, sob a coordenação de Janio Quadros (Thales Ramalho, secretário do MDB, e Roberto Cardoso de Almeida engrossariam tal partido). Para tornar viável qualquer futuro empreendimento partidário, Franco Montoro almeja receber uma votação tão expressiva quanto os milhões de votos do senador Quéricia, há quatro anos atrás. Neste sentido, não deve estar muito feliz com o lançamento da candidatura do sociólogo Fernando Henrique Cardoso que poderá trazer mais votos para a legenda mas que, ao mesmo tempo, diminuirá a votação de Montoro. O próprio Fernando Henrique, ao defender as sublegendas, está dando um passo no sentido da definição de tendências dentro do MDB - por mais que ele o negue. Ou seja, a sublegenda, hoje, pode ser o germe de futuros partidos.

Os pró e contras da dissolução da

de de que manterão o MDB, são táticas, para fortalecer o partido junto aos eleitores. Diante das ameaças do governo de extinção dos partidos, nada melhor do que dizer que o MDB é eterno". Este oposicionista mineiro considera importante contrapor ao partido de centro "um grande partido popular, que deve ser do tipo trabalhista, podendo contar com o apoio de Brizola". Mas em Minas, no caso de "racha" a maioria absoluta do partido entrará para o "partidão" de centro da cúpula. (Maria Moraes)

PEDRO SIMON:

"Nossa força hoje causa transtornos ao governo"

O Presidente do Diretório Regional do MDB no Rio Grande do Sul, deputado Pedro Simonsen, falou a EM TEMPO sobre as perspectivas do seu partido. Eis seu depoimento:

Do ponto de vista pessoal, sou a favor do pluripartidarismo. Não um número exagerado como ocorreu anteriormente, cerca de 16 partidos, muitos deles partidos pessoais e não de idéias. A Constituição de 1946 nesse sentido foi perfeita. O erro foi que o divisor de águas foi Getúlio Vargas e não as idéias.

A falta de conteúdo ideológico dos partidos era o grande defeito. Mas pluripartidarismo, só após a normalização da situação brasileira. Terminada a exceção, redemocratizado o país, e isso significa anistia, organização livre para qualquer partido, aí, então, deve-se organizar novos partidos, onde haja liberdade e ampla possibilidade de divulgação de idéias.

Agora, sou contra a extinção dos atuais partidos. Porque, apesar do governo ter criado o MDB para ser uma minoria passiva, ele se transformou num grande Partido, que obriga o governo a apelar para a exceção e o casuismo para evitar grandes derrotas. O MDB deve permanecer coeso, buscando a normalidade das instituições. Reconheço que há divergências internas, mas elas são democráticas e salutaras dentro do Partido. Isto não é absurdo.

Talvez o mais bem organizado partido do Ocidente seja o Trabalhista inglês. Lá existe bipartidarismo, rotatividade de poder e o Partido Trabalhista as

tendências são variadas - o debate acalorado, e as decisões são majoritárias e democráticas.

Por isto, minha posição é idêntica a do Brossard. Devemos permanecer agrupados. Se extinguirem a legenda, criaremos outra, mantendo o conteúdo programático do MDB. Sou contra o pluripartidarismo agora. Existem arenistas respeitáveis, como o senador Teotônio Vilela, que defendem o pluripartidarismo, com sinceridade, para já, pois ele acha que o bipartidarismo é a causa da não abertura. Eu, pessoalmente, discordo do senador Vilela.

Toda eleição é um plebiscito. Com muitos partidos a oposição se dispersaria. O pluripartidarismo hoje teria o objetivo de esfalçar a oposição. Nossa força hoje causa transtornos ao governo.

Seria a técnica de dividir para governar. Durante muito tempo haveria uma disputa enorme entre correntes oposicionistas. O governo, com isso, ganharia e renortaria seu grande partido. Ora, a Arena, neste momento, está liquidada.

O MDB/RS conseguiu consolidar um conjunto de idéias, pensamento e ação que permite a convivência harmônica e pacífica de companheiros que vieram de correntes divergentes.

Lá existe bipartidarismo, rotatividade de poder e o Partido Trabalhista as

PRESOS POLÍTICOS

Em Itamaracá, a quarta greve de fome.

As pressões de várias instituições que defendem os Direitos Humanos em Pernambuco ainda não conseguiram fazer o governo quebrar o isolamento de dois presos condenados à prisão perpétua.

Os quinze presos políticos da Penitenciária Barreto Campelo, na Ilha de Itamaracá, Pernambuco, voltaram a se declarar em greve de fome, na última segunda-feira, como recurso extremo para exigir o fim do "isolamento brutal, massacrante e mesquinho", em que se encontram dois de seus companheiros - Carlos Alberto Soares e Rholine Sonde Cavalcanti, condenados à prisão perpétua.

No último dia oito de dezembro, eles suspenderam um movimento semelhante, que durou 24 dias, para que a Comissão dos Direitos Humanos do MDB, a Ordem dos Advogados do Brasil, seção de Pernambuco, o Instituto dos Advogados do Brasil e a Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Olinda e Recife promovessem as gestões necessárias para a solução do problema levantado. Na época os presos contavam com um parecer favorável da Auditoria e com as declarações do juiz auditor de que o assunto teria automaticamente um desfecho favorável.

Num documento encaminhado ao juiz auditor eles reclamam: "Embora o esforço dessas pessoas e entidades tenham correspondido à nossa expectativa - justificando sobre maneira o voto de confiança que lhes dispensamos - elas se viram confrontadas com a insensibilidade das autoridades responsáveis por nossa vida carcerária". O documento ressalta que "a situação de Carlos e Rholine permanece inalterada", mas "inalterada permanece também nossa disposição de não conviver resignadamente com ela".

Trata-se da quarta greve de fome na Ilha de Itamaracá em menos de três anos. Desta vez, os presidiários ampliaram as exigências. "Manifestamos nosso descontentamento diante da indiferença crônica que pairs sobre aspectos importantes dos nossos direitos mais elementares, no terreno específico do dia-a-dia carcerário". Há reclamações quanto "à alimentação indigente, com tendência a piorar gradativamente, como a substituição no almoço do arroz por angu aguado ou carne por miúdo"; quanto à instabilidade no recebimento de visitas e o constrangimento nas revistas; a precariedade do atendimento médico dentário, "meramente formal". Além disso, eles alegam que estão sujeitos a "um rígido, inusitado e discriminatório regime, no tocante à obtenção de mínimos direitos garantidos na rigorosa legislação em vigor", como ocorre com a concessão de livramentos condicionais. Dos 70 presos que por lá passaram nos últimos oito anos, apenas três conseguiram usufruir deste expediente.

A primeira greve ocorreu em julho de 1975 como resposta à transferência dos presos Luciano de Almeida e Marcelo Mário de Melo para o Quartel de Cavalaria da Polícia Militar, por medida de

caráter punitivo. Passados doze dias, as autoridades penitenciárias comprometeram-se a sustar qualquer iniciativa de novas transferências e voltar com Luciano e Marcelo para o Barreto Campelo. Com a cessação da greve, entretanto, não veio a esperada normalização da vida carcerária. O Juiz Auditor, o Secretário de Justiça e o diretor do presídio foram aos poucos afastados do cargo e a situação, na verdade, acabou retroagindo.

O novo diretor, major José Siqueira, da PM, deixou então bem claro que não considerava os compromissos anteriores e mudou para pior o regime interno. Alterou o local de visitas, estendeu aos jornais e revistas a rígida censura já imposta aos livros, retirou do pavilhão os fogões e a geladeira - como punição pelo protesto contra espancamento a presos comuns - e finalmente reiniciou modificações no prédio da Penitenciária, renunciando novas separações.

Diante dessa perspectiva, os presos iniciaram então a segunda greve, que durou 25 dias, "tempo insuficiente para demover a direção e as autoridades dos seus propósitos repressivos". Quando eles voltaram dos hospitais, novas divisões os esperavam e atingiram Carlos Alberto, Rholine e Alberto Viničius. A pena de prisão perpétua deste caiu depois para trinta anos, o que fez com que retornasse ao convívio dos demais companheiros de Barreto

Campelo. Também retornaram do quartel Luciano e Marcelo.

Durante dois anos, os condenados do Pernambuco procuraram demonstrar que com o isolamento imposto estava em jogo a integridade psicológica de Carlos e Rholine, impedidos de praticar esportes ou desenvolver trabalhos de artesanato, sujeitos a banhos de sol sempre irregulares, recebendo visitas em separado, proibidos até de dirigir palavras aos outros detidos quando ocasionalmente se encontravam. Não adiantaram os frequentes memoriais, o empenho dos advogados e familiares e a solidariedade de diversos setores sensíveis à necessidade de respeito aos Direitos Humanos. E até mesmo punições absurdas foram aplicadas: José Calistrato, José Azeildo, José Emilson e Cláudio Ribeiro, todos presos em Itamaracá, sofreram torturas no Esquadrão da Polícia da Aeronáutica, em decorrência da participação que tiveram na greve de fome anterior.

Assim, pela terceira vez, em novembro do ano passado, a Ilha de Itamaracá foi palco de outro regime de fome. Os presos chegaram a obter um parecer favorável da Auditoria, segundo o qual nada há que autorize a interpretação de que o condenado a prisão perpétua deva ser separado, com toda a dureza, dos demais companheiros. O apoio da comunidade pernambucana teve mais peso desta vez, com a realização de uma vigília com a presença de 700 pessoas de vários setores.



"Nenhuma conquista carcerária é definitiva"

Três dos presos de Itamaracá falam sobre sua vida no presídio e a anistia, em entrevista exclusiva.

Universitário, com 25 anos de idade, em fevereiro de 1971, Carlos Alberto Soares foi condenado a duas prisões perpétuas. Uma delas caiu para 52 anos. Alberto Viničius do Nascimento também era estudante, ganhou 44 anos de condenação. Marcelo Mário de Melo também tem história semelhante: com 24 anos, em março de 1971, recebeu uma condenação a 17 anos de prisão; era estudante e passou por seis processos. Os três cumprem pena em Itamaracá e foram entrevistados por EM TEMPO.

EM TEMPO - O que tem significado este período de prisão para você?
Carlos - Significa o afastamento das lutas por uma transformação social no Brasil. Como experiência individual, a vivência sob um sistema voltado para a destruição do homem, onde as brutais torturas do momento imediato da prisão se prolongam por toda a vida carcerária, sob variadas formas como o isolamento, dificuldade de acesso a livros e jornais, etc.

Alberto - Vamos destacar, pelo menos, dois aspectos: Um pessoal e outro mais geral, relativo à minha existência como preso político. Do ponto de vista pessoal, a prisão tem sido uma tentativa permanente de auto-conhecimento e de esforços no sentido de superar debilidades manifestas. O período inicial da prisão, as torturas acompanhadas de todas as sequelas conhecidas, me colocaram problemas cuja superação é a própria razão da minha vida. No as-

pecto mais geral, seriam já mais de sete anos de lutas, desde a busca de afirmar nossa condição de presos políticos, na medida em que não foram poucas as tentativas de nossos carcereiros para nos reduzir à condição de presos comuns, luta esta que vencemos.

Até a luta pelas mínimas condições materiais: alimentação, espaço, artesanato, contra a censura de livros, revistas e jornais que recebemos com a maior dificuldade, contra a revista humilhante que submetem nossos visitantes... Sem esquecer nossa permanente mobilização contra os espancamentos aos presos comuns. Na prisão até os objetivos mais modestos requerem para sua solução o emprego das formas mais avançadas de luta. Esse é o nosso tempo e a nossa luta: estou convencido de que jamais seremos em vão.

Marcelo - A resposta completa seria uma autobiografia. A prisão, dentro de uma perspectiva de resistência e reconstrução, serve de terreno para o desenvolvimento da totalidade humana. As vitórias pessoais não são, evidentemente, resultantes da prisão em si, mas de uma postura assumida, das lutas travadas, do esforço coletivo e individual, também é claro. A gente fica conhecendo melhor as próprias limitações. Por isso acredito que sairei daqui com um saldo positivo, mais ganhos que perdas, afinal.

EM TEMPO - Qual deve ser o conteúdo da proposta de anistia? Qual o sentido da anistia para vocês?

Carlos - A anistia não será resultado da benevolência do poder. Virá a partir de um amplo movimento social, inevitavelmente ligada a uma série de conquistas do povo brasileiro. Pela imprensa a gente vê que este movimento ainda está embrionário, os pronunciamentos e a repercussão que obtém ainda ultrapassam o nível de organização do pessoal que está brigando pela anistia. Mas eu não acredito num processo gradual de concessões parciais. A anistia será ampla, geral e irrestrita, abrangendo todos os que foram prejudicados pela falta de justiça social.

Alberto - No momento atual, a anistia tem o sentido de permitir o retorno à atividade política ou profissional de todos os brasileiros, presos ou não, atingidos pelos atos de exceção. Terá de ser ampla, geral e irrestrita. Qualquer tentativa de torná-la "parcial" ou substituí-la por uma "revisão das punições", não passará de um engano. Uma forma de manter a mesma situação de hoje. A anistia terá de ser o prenúncio de profundas transformações no regime brasileiro.

Marcelo - A anistia é uma reivindicação não apenas dos presos, mas de todos os perseguidos, punidos, cassados, dentro e fora do país. É uma reivindicação democrática de todo o povo brasileiro. Por isso, o movimento pela anistia deverá procurar o máximo de ampliação em torno de suas posições mais consecuentes; criticar as posições intermediárias e restritivas, sempre colocando em último lugar qualquer benefício pessoal resultante da própria anistia.

REPRESSÃO

"No DOPS o capitão me disse que eles só entregavam corpo de gente subversiva depois de completar três anos debaixo da cova".



Duas histórias de nossos tempos

No Dia Nacional de Protesto - 28 de março - foi divulgada no Rio de Janeiro uma lista com os nomes de 160 pessoas mortas pela ação dos órgãos de repressão do governo, ou torturas, ou "desaparecidas". Constavam os nomes dos estudantes José Idésio Brianezi e Antônio dos Três Reis de Oliveira. Ambos eram de Apucarana, no Norte do Paraná, onde a notícia, dada pelos principais jornais do país, traumatizou a população, especialmente professores e antigos amigos dos dois jovens. A lista dava os nomes mortos.

A família de Antônio dos Três Reis de Oliveira quer agora reaver os seus corpos e apelar para a ajuda do Movimento Feminino pela Anistia (seção do Paraná). Também a Associação dos Serventuários da Justiça, da qual o estudante fez parte, e o diretório local do MDB, enviaram ofícios à Comissão Justiça e Paz com o mesmo objetivo.



O atestado, por um tal Dr. Cypriano Oswaldo Monaco, e nada mais a declarar.

Antônio dos Três Reis de Oliveira

Antônio, José e vários companheiros participaram já em 1966, do Grêmio Estadual do Colégio Nilo Cairo, em Apucarana. Antônio produzia, inclusive, um programa na Rádio Apucarana, dedicado aos estudantes. Em 1967 serviu o Exército, conquistando o primeiro lugar no concurso para cabo. Em 1968 ingressou na Faculdade de Economia de Apucarana e na mesma época fez parte da União Paranaense dos Estudantes. Foi preso, já com alguma bagagem de militância no movimento estudantil, no Congresso de Ibiúna. Desde essa prisão, nunca mais parou de ser vigiado e pela polícia, segundo seus amigos e sua família.

Em fevereiro de 1970, Antônio disse a parentes em Curitiba: "Eles estão atrás de mim, e uma hora ou outra vão me pegar". Disse também que soubera da morte de uma estudante, sua amiga, assassinada por agentes do DOPS. Aquela foi a última vez que Antônio seria visto. "Meses depois ele desapareceu e somente em 1973 recebemos a primeira informação de que ele havia sido fuzilado", diz sua família. "Em julho daquele ano chegou ao jornal Diário do Paraná, onde uma irmã sua trabalhava como repórter, um telex da Associated Press, de Washington, com a denúncia de sua morte, de 18 outros brasileiros assinado por um comitê ligado à Igreja."

Procurando informações junto ao general Alcino Pereira Gonçalves, o atual secretário de Segurança do Paraná, os familiares de Antônio foram tranquilizados com a informação de que nada constava nos registros policiais, exceto sua participação no Congresso de Ibiúna, e de que muitas vezes essas mortes eram anunciadas para por fim as perseguições policiais.

Mas, tempos depois a família resolveu colocar anúncios em jornal com sua foto. Nenhuma resposta até a revelação feita no Dia Nacional do Protesto. A família de Antônio dos Três Reis de Oliveira quer agora seu corpo "para que possamos acompanhá-lo de maneira digna e cristã até a sepultura", como dizem em suas cartas de apelo.

José Idésio Brianezi

Se a família do estudante Antônio dos Três Reis de Oliveira ainda desconhece as circunstâncias de sua morte o mesmo não acontece com os pais de José Idésio Brianezi, que souberam por um companheiro de quarto do filho, que o estudante foi fuzilado por agentes da repressão no interior da pensão em que residia, no dia 13 de abril de 1970.

Apesar disso, a família só conseguiu reaver o corpo três anos após sua morte e seus pais tem dúvidas se os ossos que lhes foram entregues eram realmente de Idésio. "Estavam faltando várias partes, como braço, parte da perna e o crânio, inclusive, estava rachado em dois", disse a EM TEMPO, o motorista de praça José Brianezi, pai do estudante fuzilado. Mesmo com essas dúvidas os pais de José Idésio mandaram celebrar uma missa em sua memória dia 13 na Catedral de Apucarana - "Quando se completam 8 anos que meu filho foi assassinado pelos homens do Governo" - explica o pai, acrescentando que a "missa servirá também para alertar os jovens idealistas que no Brasil de hoje, todos que pensam diferente do Governo podem acabar como o Idésio: assassinado a tiros num quarto de pensão".

De Apucarana para a morte

Em 19 de agosto de 1969, José Idésio Brianezi deixava Apucarana e mudava-se para São Paulo, onde pretendia estudar Química Industrial: "Ele foi embora porque estava sendo perseguido pela Polícia, uma vez que ele participava de movimentos estudantis". Aquela seria a última vez que seus pais o viram com vida, pois ele somente comunicava-se com a família por cartas ou telefonemas.

No final de maio de 1970, João Pinotti, cunhado de José Brianezi recebeu um telefonema anônimo, na empresa em que trabalhava em Santo Amaro, dizendo que o estudante havia sido preso pela Operação Bandeirantes e que "estava sofrendo de mais". Seu cunhado telefonou imediatamente para minha casa - conta José Brianezi - e naquela mesma

noite, fui para São Paulo com minha esposa". Em São Paulo, Brianezi e sua esposa América procuraram o filho nos quartéis, na sede do DOPS e ate nas delegacias. "mas todos afirmavam não saber do nosso filho e um coronel chegou a nos dizer que o telefonema recebido por meu cunhado havia sido um troque aplicado por alguma engraxadinho".

Traquilizados pelo oficial, os pais do estudante retornaram à Apucarana: "Acharmos que o Idésio havia saído do País, pois nas últimas cartas que recebemos dele, contava que estava sendo perseguido e que pretendia sair de São Paulo".

Mas os meses se passaram sem que a família conseguisse saber de Idésio. Por isso o casal viajou novamente à São Paulo e com a ajuda de um oficial do Exército conseguiu descobrir, em setembro de 1970, que Idésio havia sido fuzilado por agentes do DOPS. "Em maio eles me disseram que não sabiam de Idésio, quando na verdade eles já o haviam fuzilado".

Uma das magoas que José Brianezi tem e a de seu filho ter sido enterado no Cemitério de Vila Formosa como indigente. "Ele tinha documento no bolso. Era só me avisar dizendo: olha seu filho está morto, eu iria lá a buscar o corpo. Meu filho não era bicho".

No DOPS, porém, não permitiram que os pais do estudante trasladassem o corpo do filho para Apucarana. "O capitão me disse que eles só entregavam o corpo de gente subversiva depois de ele completar três anos debaixo da cova", conta D. América.

Tres anos depois, ao resgatarem o corpo, José Paulino Brianezi notou que dificilmente seria de seu filho: "Alem de faltarem varias peças do cadaver como perna, braço e parte da cabeça, um punhado de cabelos vermelhos que estavam junto não eram de meu filho. Ele os tinha preto".

A morte no quarto

Se os agentes não quiseram dizer aos pais de Idésio de que maneira o estudante foi fuzilado, o casal conseguiu localizar um companheiro de quarto de pensão do estudante, que lhes contou como seu filho havia sido assassinado pelos "homens do Governo".

"O Idésio foi fuzilado no interior de seu próprio quarto. Ele estava lendo jornal quando oito homens armados de metralhadoras arrombaram a porta e descarregaram suas armas contra meu filho, que morreu sem um gemido". A versão do companheiro do estudante fuzilado seria confirmada pelos pais de Idésio na própria pensão onde o filho morava e apesar das negativas do proprietário em fornecer qualquer informações e de proibir a entrada do casal "mas nos conseguimos descobrir qual era o quarto e da janela, pudemos ver que as paredes estavam cheias de buracos, provocados por balas".

Idésio é lembrado pelos pais como um "menino novo", mas com uma coração que valia pelo de milhares e milhares de policiais". Eu até ficava brava com ele - conta Dona América - porque sempre chegava em casa sem blusa, dizendo que havia dado para uma pessoa que precisava mais". De Antônio dos Três Reis de Oliveira e dos demais meninos, cujos nomes ela prefere omitir e "todos acreditavam que através de sua participação no movimento estudantil ajudariam a melhorar o País. Resultado: o Toninho e o Idésio foram fuzilados, os outros ou estão forçados ou exilados", lamenta D. América, mas acrescenta, "meu filho estava certo e um dia acho que aquilo que ele dizia, terra para todos, maior distribuição de renda, vai acontecer". Idésio tinha 24 anos quando morreu.

Reportagem de Joel Santos Guimarães
Fotos de Dorico Silva

Itaici

Uma pedra na sandália de Pedro

A ala do clero comprometida com a teologia da libertação promete resistir às intenções do "documento preliminar de Puebla", redigido sob inspiração dos setores mais retrógrados do clero europeu.

Este parece ser o ano das grandes comemorações. Mormente às avessas. Neste momento, em Itaici, o episcopado brasileiro está reunido para discutir suas posições com relação ao documento definitivo a ser levado à III Conferência Episcopal Latino-americano, que se realizará em outubro, em Puebla, México.

Seu tema principal é a "Evangelização no presente e no futuro da América Latina". Dez anos após a conferência de Medellín, que adaptou à realidade latino-americana o Concílio Vaticano II, elaborado pelo papa João XXIII, e que preconiza a libertação dos povos oprimidos pelo capitalismo internacional e das nações dependentes do 3º mundo, os nove departamentos em que é dividido a CELAM (Conferência do Episcopado Latino-Americano) reuniram-se para elaborar um texto preliminar classificado, pelos que fizeram parte de sua elaboração, de

"consultivo para os bispos e propositalmente elaborado para causar polémicas e críticas". E conseguiu. A mais sucinta observação ao documento revela que se trata de um "clamoroso retrocesso com relação às posições expressas na decisão de Medellín, quando o que esperávamos, e desejamos, é exatamente o contrário: um documento que avance nos ideais de libertação dos povos latino-americanos", afirmam vários bispos identificados com as teorias de libertação dos povos e independência do clero latino-americano das orientações europeias.

Na Assembléia da CNBB, reunida em Itaici, o problema se coloca como uma pedra nas sandálias dos bispos, que diplomaticamente tenta ser evitada pelos assessores responsáveis pelas declarações diárias à imprensa, mas não elimina o incômodo. A simples afirmação de que

o documento "é apenas provocativo" já não convence a ninguém, muito menos aos bispos que vivem hoje com a intensa preocupação de, mais que apenas denunciar injustiças, "apoiar e promover a compreensão e busca de soluções dos problemas dos que são diretamente atingidos pela carestia, doenças crônicas e endêmicas, analfabetismo, pauperismo, injustiças nos intercâmbios comerciais internos e externos, pelas situações de colonialismo econômico e cultural", como posiciona o documento "Sinais dos Tempos", emitido ao final da reunião dos bispos da Regional Sul 1, e apresentado como subsídio à 3ª Conferência Episcopal de Puebla. A ala do clero comprometido com os ideais de libertação e independência das populações oprimidas faz circular em Itaici diversos documentos criticando o documento preliminar de Puebla e su-

gerindo aprofundamentos radicais ao documento definitivo. Sua não-encampação, até a última terça-feira, pela presidência da CNBB, indica que a encruzilhada em que se encontra o órgão máximo do episcopado brasileiro ainda passará por muitos despachos. Pois, se de um lado parece clara a posição oficial do órgão em jogar água fria na fervera que resultou o documento de cunho eminentemente direitista, identificando-o como documento sem pretensões definitivas; por outro lado, setores mais avançados da Conferência não querem deixar que a dubiedade e superficialidade sejam a tônica do encontro latino americano de outubro próximo.

Um dos mais completos relatórios a circular em Itaici até o primeiro dia da Assembléia extraordinária dos bispos brasileiros, que recebe o título de "Os trabalhadores rurais e a Conferência de Puebla", foi elaborado pela Comissão Pastoral da

Terra e, com base em dados de levantamentos feitos pelo IBRA e INCRA, traça o perfil da situação camponesa hoje no Brasil, advertindo: "Cremos, porém, que não será nada difícil estender ao conjunto dos países latino-americanos a realidade que constatamos". Os dados provam, inclusive, que a política oficial de concentração da propriedade rural erra até mesmo quanto às previsões de aumento da produtividade, pois, conforme esclarece o documento, as pequenas propriedades ocupam apenas 13,8% das terras exploradas e têm um rendimento médio de Cr\$ 240,37 por hectare, enquanto os grandes latifúndios só rendem Cr\$ 72,20 na mesma área, e ocupam 72,1% das áreas cultivadas.

O documento, transcrito quase que integralmente pela Folha de S. Paulo de 18/4, exorta os bispos latino americanos a avançar nas propostas de Medellín, tendo como estímulo e base para o raciocínio

evangélico a necessidade e vontade das classes trabalhadoras em se organizarem livremente, corrigindo o equívoco cometido há dez anos quando se se deu mais peso à tendência que pretendia "sensibilizar o coração" daqueles que detêm o controle político, econômico e cultural no continente. A evangelização, hoje, segundo a comissão pastoral, tem que compreender cientificamente a situação a que o povo está submetido, se aprofundando nas causas desse sofrimento, contribuindo para a superação dos métodos e conteúdo tradicionais da catequese e da pregação. "Nesse sentido, conclui o texto, a tarefa da evangelização é parcial e, ao mesmo tempo permanente. Não visa provocar organizações cristãs, mas acompanhar todas as etapas do engajamento dos camponeses que vivem a fé num Cristo histórico e social."

Ennio Brauns Fº

"A morte de Jesus resultou de um processo político"

D. Marcelo Carvalheira, a EM TEMPO



João Martins Fº

D. Marcelo Pinto Carvalheira fala sobre a visão teológica dos novos bispos brasileiros.

Evangelização social, científica, histórica.

Uma igreja latino-americana que mostre aos católicos do velho mundo os erros cometidos pelo capitalismo que vem de lá.

O que pensa um bispo da chamada linha teológica de libertação? D. Marcelo é bispo-auxiliar da diocese de João Pessoa desde 75.

Em 1969 foi preso em Porto Alegre (RS) e depois transferido para São Paulo, acusado de subversão.

der o contexto da época, para ver o sentido da palavra e não usá-la de uma maneira ideológica, do status quo, da opressão nos dias de hoje.

PERGUNTA: Quer dizer, foi uma saída pela tangente?

RESPOSTA: Exato.
PERGUNTA: Ultimamente a vida do Cristo vem sendo reescrita, refilmada etc. Como é visto isso hoje pela Igreja?

RESPOSTA: - É o seguinte, houve um tempo em que a Igreja fixou muito o Cristo glorioso, ressuscitado, o Cristo da fé, que é uma concepção permanente para a Igreja cristã, que Cristo depois de sua passagem terrestre entrou numa vida nova. E segundo a nossa fé ele tem influência na igreja. Agora, é muito perigoso parar apenas nesse Cristo glorioso, pois você pode projetar no glorioso as suas concepções ideológicas, por exemplo, a sua opressão. Digamos que um grupo opressor ligado ao capitalismo dependente apela para o Cristo, para os sacramentos, visando manter essa dependência. Hoje nós insistimos muito que este "Cristo glorioso" teve uma trajetória terrestre, uma práxis humana junto ao seu povo, com conteúdo, com consequências político-sociais. Então se insiste muito nessa práxis de Jesus. Importa hoje, para nós da América Latina, insistir muito no Jesus histórico e nas fontes da história terrestre e humana dele. Por exemplo, de verificar como Jesus se comportou de uma maneira geral diante dos protagonistas da história daquela época: os opressores da área religiosa, da teocracia que era o regime político e social da Palestina, como ele se comportou diante de grupos e associações religiosas como os fariseus, sempre ao lado do oprimidos. Inclusive quando ele escolheu seus colaboradores foi entre a gente do povo. Uma das classes sociais que ele mais defendeu, o que espanta a todos nós, foi das prostitutas, que são exploradas.

Deus quer uma obra bem humana e não simplesmente que a gente proclame o nome dele. Se for preciso optar entre proclamar, de um lado, e viver de outro, Jesus privilegia

a prática, a vida. Então a Igreja está voltando a isto, mostrando em todo o contexto a figura de Jesus. Ele não era um violento no sentido das armas. Mas era um definido diante dos problemas dos sofredores. Por isso ele foi perseguido e a morte dele é um processo de ordem política.

PERGUNTA: Como é que você vê a questão da independência do clero latino-americano em relação à hierarquia europeia?

RESPOSTA: É importante que o clero de cada país esteja voltado para os problemas reais do povo de sua região e não a problemas abstratos e a normas padronizadas como ocorria tempos atrás; de tal forma havia uma centralização europeia, romana, que ficamos com idéias gerais em questões meramente de ortodoxia, em princípios que são válidos e inquestionáveis, mas não atingem problemas do povo, como por exemplo o capitalismo dependente, predatório da economia popular. É muito importante que os bispos e pastores se voltem sobre essa realidade. Não discutindo só em torno de questões dogmáticas indiscutíveis que não estão em jogo. Importa mais discutir sobre a práxis político-social do cristão hoje como nos encontramos, relacionando, o evangelho com a práxis de Jesus no seu tempo, dentro de sistemas opressores de sua época, tirando da história a luz para a prática de hoje, não que queiramos repetir a situação histórica daquela época que era muito diferente, mas que pode ensinar a nos comportar diante de sistemas opressores, mesmo religiosos.

PERGUNTA: A luta contra a opressão é uma luta política?

RESPOSTA: Exato, a mensagem de Jesus mesmo sendo religiosa na sua origem tinha profunda repercussão política. Sua morte é uma morte política, por quê? Justamente porque sua mensagem incomodava aos detentores do poder de então. Tanto que se escreveu sobre a cruz: Jesus de Nazaré, Rei dos Judeus. Isso incomodava Herodes. Incomodava César.

O motivo imediato era político, embora a mensagem penetrasse intimamente em cada realidade humana, assumindo um cunho histórico-político-social bem concreto. Quando a Igreja fica apenas em questões abstratas, de um certo modo está traindo a tradição evangélica, está traindo o povo.

PERGUNTA: O que pensam os bispos sobre a separação entre a igreja latino-americana e a hierarquia europeia?

RESPOSTA: Não seria propriamente uma separação, porque é muito importante entre nós, o que chamamos de comunhão das igrejas. É a valorização de certos temas, que apareceram no Concílio Vaticano II, em que as igrejas de cada região devem viver os mistérios da encarnação, isto é, que se encarne na sua realidade entrando em comunhão com as outras igrejas. Mas isso não quer dizer que se vá repetir o que estava lá. Há certos princípios que são comuns e outros em que podemos nos ajudar trocando informações sobre realidades diversas. Por exemplo, nós aqui falamos sobre a miséria latino-americana, mostrando como nós somos vítimas do capitalismo internacional, advertimos os cristãos europeus das injustiças que eles cometem na América Latina. Há portanto, uma interpenetração de uma parte da Igreja com relação à outra. Essa idéia vem sendo aceita pelos evangelizadores e padres do Brasil e da América Latina. Naturalmente nós encontramos uma aceitação maior quando se trata de uma ala jovem, por exemplo aqueles jovens que foram meus alunos e que me ajudaram muito a abrir os olhos. Evidentemente, muito melhor acolhida que entre aqueles mais tradicionais que, embora no início fizeram um grande esforço com relação ao Vaticano II e a Medellín, por mentalidade não são mais capazes de acompanhar esse comportamento do povo da Igreja.

PERGUNTA: O que você chama de povo da Igreja, são os missionários?

RESPOSTA: Hoje nós preferimos o termo evangelização que é mais abrangente, para precisar a relação entre realidade e evangelho. Incluímos na evangelização a pessoa humana; é indiferente se professa ou não a fé, pouco importa. Importa para Deus uma ordem fraterna mesmo que não professes seu nome. Agora, é evidente que aquele grupo que quer ir mais adiante e professar a fé no sacramento, está muito bem. Ai se dá a catequese. Mas para Jesus até mesmo para que se creia explicitamente é preciso praticar a verdade e a justiça. Tanto que quando ele fala do juízo final não diz: vocês foram prá miséria, venham benditos de meu pai, vocês rezaram muito, não, ele disse, eu tive fome e vocês me deram de comer e diria hoje, eu fui subdesenvolvido e vocês me meteram no processo da vida, eu fui marginalizado e oprimido e vocês combateram o sistema de opressão.

PERGUNTA: Como vê certos dogmas conformistas do catolicismo?

RESPOSTA: Certas frases do evangelho são de grande riqueza e sabedoria. São porém interpretadas de uma maneira ideológica falsa. Por exemplo esta frase de Jesus: Dai a César o que é de César, dai a Deus o que é de Deus, é lida e interpretada como se dissesse assim: o fiel, ou a Igreja não tem nada a ver com a política, isso é coisa de político. Não é nesse sentido que Jesus falou. O que ele quis dizer foi: ao homem o que é do homem, a Deus o que é de Deus. Naquele tempo se divinizava César e as realidades temporais. Jesus desdivinizou o humano e atribuiu o humano ao humano. Quer dizer, não devemos absolutizar o Estado como se fosse Deus como acontece nas ditaduras. É nesse sentido e não no de que nem o cristão nem a Igreja devem estar fora da realidade política. Essa interpretação usada frequentemente atende a grupos interessados em manter o status quo. Outro provérbio diz respeito aos mansos, entre os quais está Jesus que não era absolutamente um passivo diante das injustiças. Devemos sim, ter uma atitude ativa, combativa, forte, como o próprio Jesus ensinou. Isto, não significa auto-suficiência, soberbia. Mas, sim, aquele que tem um adversário, o respeita, não sendo

um sectário. O cristão é radical, porque vai à raiz do problema, mas admite que o outro dê sua opinião.

PERGUNTA: César neste dito, tem uma colocação ideológica forte. A utilização desta visão ideológica atualmente não se torna difícil hoje em dia?

RESPOSTA: Claro, ela pode ser utilizado de uma maneira muito perigosa.

PERGUNTA: Haveria uma possibilidade dela ainda ser utilizado?

RESPOSTA: Quer dizer, como ele está no evangelho, foi no momento que foram cobrar o imposto de Jesus. Os zelotes perguntaram a ele se era lícito ou não pagar o imposto. César era um opressor, do império romano, dominando e cobrando imposto ao povo de Israel. Sua posição era antipática ao povo. Os zelotes eram revolucionários da época que queriam derrubar a influência do império romano, mesmo como guerrilheiros. Havia entre os apóstolos, alguns que pertenciam ao grupo dos zelotes: Jesus fez o seguinte: pegou a moeda e perguntou de quem era a imagem da moeda. Responderam: é de César! Pois bem, a César o que é de César e a Deus o que é de Deus. Habilmente ele não ficou nem contra o povo nem caiu na armadilha dos zelotes, de ser um revolucionário barato. Quer dizer, a gente tem que enten-

Investimento em educação ou...

Conto da carochinha para estudantes

“Por que será que temos construções faraônicas dentro das Universidades brasileiras, ao lado de péssimas condições para o corpo discente, docente e administrativo?...

Em outras palavras, quando gastamos em prédios, aumentamos a renda nacional. E, ao contrário, quando pagamos salários aos professores, ao seu aperfeiçoamento, estamos diminuindo a renda nacional, é consumo”.

Na política educacional do Brasil, são comuns análises em que se atribui um modelo ideal à Educação. Ou então, ela é vista como simples transposição de modelos melhores de outros países. A crise do sistema educacional porém, é contínua. E as justificativas pouco variam: “o ideal seria aquilo, mas o que dispomos é isto...” ou então, usa-se a famosa frase: “as metas falharam”. Sem dúvida as metas tem “falhado”, mas não de forma totalmente acidental.

Por exemplo: o plano setorial de 72/74 (do MEC) tinha como algumas metas prioritárias, eliminar o analfabetismo na faixa etária dos 15 aos 35 anos; expandir os sistemas de treinamento e retreinamento; proporcionar terminalidade de ensino de 2º grau visando a formação de técnicos de nível médio; expandir a oferta do ensino superior, especialmente nas áreas das técnicas, da formação do magistério e das ciências da saúde; acelerar a reforma da Universidade; instituir centros regionais de pós-graduação e etc.

O plano quinquenal de 75/79 tem também como algumas de suas metas, expandir a oferta de vagas no ensino médio e superior; capacitar recursos humanos, no sentido de garantir a melhoria da produtividade do ensino; promover a interação de escola e comunidade; implantar e expandir os campi universitários; eliminar gradativamente o analfabetismo na faixa etária dos 15 aos 35 anos e etc. É fácil notar que este plano é mera extrapolação do anterior, criando-se assim um círculo vicioso de constantes criações de metas as quais por sua vez, não parecem sequer ser alcançadas no mínimo a que se propõem.

Outro erro em que se incorre é quando não se nota a origem da orientação que o Estado dá à Educação, como se os “erros” cometidos não tivessem sua própria razão de existir. Lembrando Paulo Freire, “não existe educação neutra. E continua ele - desconhecemos um ministério da Educação que não seja vinculado a algum governo”.

A evolução do Capital

Voltando um pouco ao passado, fixemo-nos na 2ª metade da década de 1950. A partir desta época, as mudanças na economia do País ocorrem mais profundamente. A indústria automobilística é instalada, as indústrias de ferro, aço, produtos químicos, papel, vidro, petróleo, chamadas de base, e de bens de consumo duráveis, são implantadas.

Para que essa expansão fosse não somente necessária como viável, as obras de infraestrutura - serviços de energia elétrica, transportes, etc. - são desenvolvidas para dar amparo a esses empreendimentos. Em decorrência disto, há necessidade de movimentação de grandes somas de capital.

O mercado nacional começa a se unificar mais aceleradamente e as pequenas empresas produtoras de bens de consumo não duráveis, principalmente as de consumo popular (têxteis, confecções, calçados, alimentos, utensílios domésticos, etc.), não podendo competir com as empresas do ramo, entram em crise ou são encampadas pelo Capital das grandes empresas industriais, localizadas na região centro-sul.

Aparecem novos supermercados. Os que já existiam, fundem-se ou expandem-se, o que vai corresponder a uma progressiva inviabilidade de parte dos pequenos estabelecimentos, como quitandas e armazéns.

Quem não quer ser Executivo?

Quem não passou, conhece ou ouviu um caso de um primo, tio, ou amigo do irmão mais velho, em que estes sonhavam em se formar e ter “um negócio próprio” para ganhar a vida? Quem não se lembra também, do grande número de falências de pequenas empresas principalmente na primeira metade da década de 60? Estes fatos, nos ajudam a entender o que se deu a partir da década de 50, quando vai se formando uma maior concentração do capital, tendo como consequência o início do fim do sonho da classe média de ter seu “negócio próprio”. A partir disto, ocorre uma “troca” no modelo de aspiração à ascensão social. Antes o sonho era ser profissional liberal autônomo. Mais recentemente o sistema passou a apresentar “novas alternati-

te neutralidade do Estado, para que estes últimos, sintam-se como os não qualificados, ou os que não estudaram o suficiente, e etc. Alguns partem então para os cursos profissionalizantes já estrategicamente colocados pelo Estado, fazendo assim que se reproduza e perpetue também no sistema educacional, as relações sociais de produção da sociedade capitalista.

Apesar deste e outros aspectos importantes, nos deteremos ao que o artigo se propõe, que é a política de investimentos em educação por parte do Estado.

Contradições - quem é o dono.

Por que será que temos construções faraônicas dentro das universidades brasileiras, ao lado de péssimas condições para o corpo discente, docente, e administrativo?

O governo está interessado no combate à inflação? Dizem que nas escolas em expansão o reajuste pode ser maior. Será isso verdade? E, se for, e a escola resolver expandir-se durante cinco (5) ou mais anos? Teremos que financiar essa expansão?...

Carta dos alunos das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU) à seção S. Paulo Pergunta (J. da Tarde) 12/4/79

“Explicação disto, está no fato de que o investimento em educação, é colocado dentro de um contexto da produção capitalista. Segundo exemplos do prof. João C. Melchior (USP), “quando se constrói um prédio, compra-se uma geladeira, instala-se um ar condicionado na sala da reitoria, é investimento em educação e também o é no sentido econômico, pois podem ser transformados em quantidade de dinheiro, ser contado, medido”.

Quanto custa um aluno por curso? Qual a quantidade que se dispendia, em termos salariais, com a manutenção e aperfeiçoamento de professores e pessoal administrativo? “todas essas despesas correntes no sistema escolar - continua o prof. Melchior - são consideradas como consumo. Em outras palavras, quando gastamos em prédios, aumentamos a renda nacional. E, ao contrário, quando pagamos salários aos professores, ao seu aperfeiçoamento, estamos diminuindo a renda nacional, é consumo”.

Esta mentalidade economista da Educação no Brasil explica o fato de que quando precisamos contratar professores, serventes e pessoal técnico administrativo, não há verbas, é despesa corrente, custeio, isto é, economicamente consumo, e o orçamento público em pessoal vai sendo comprimido.

A expansão da máquina pública se dá por compressão dos salários. Ao lado destas situações surgem as contradições que para nós, quase sempre, aparecem como “má aplicação de verbas”. Precisa-se de serventes e compra-se máquinas de escrever. Mas estas acumulam o capital, enquanto os gatos com pessoal são considerados consumo.

As críticas formuladas a este tipo de “investimento” são corretas, mas é bom lembrar que as alternativas implícitas podem incorrer (é que não é a solução) no segundo modelo clássico da educação existente. Senão vejamos.

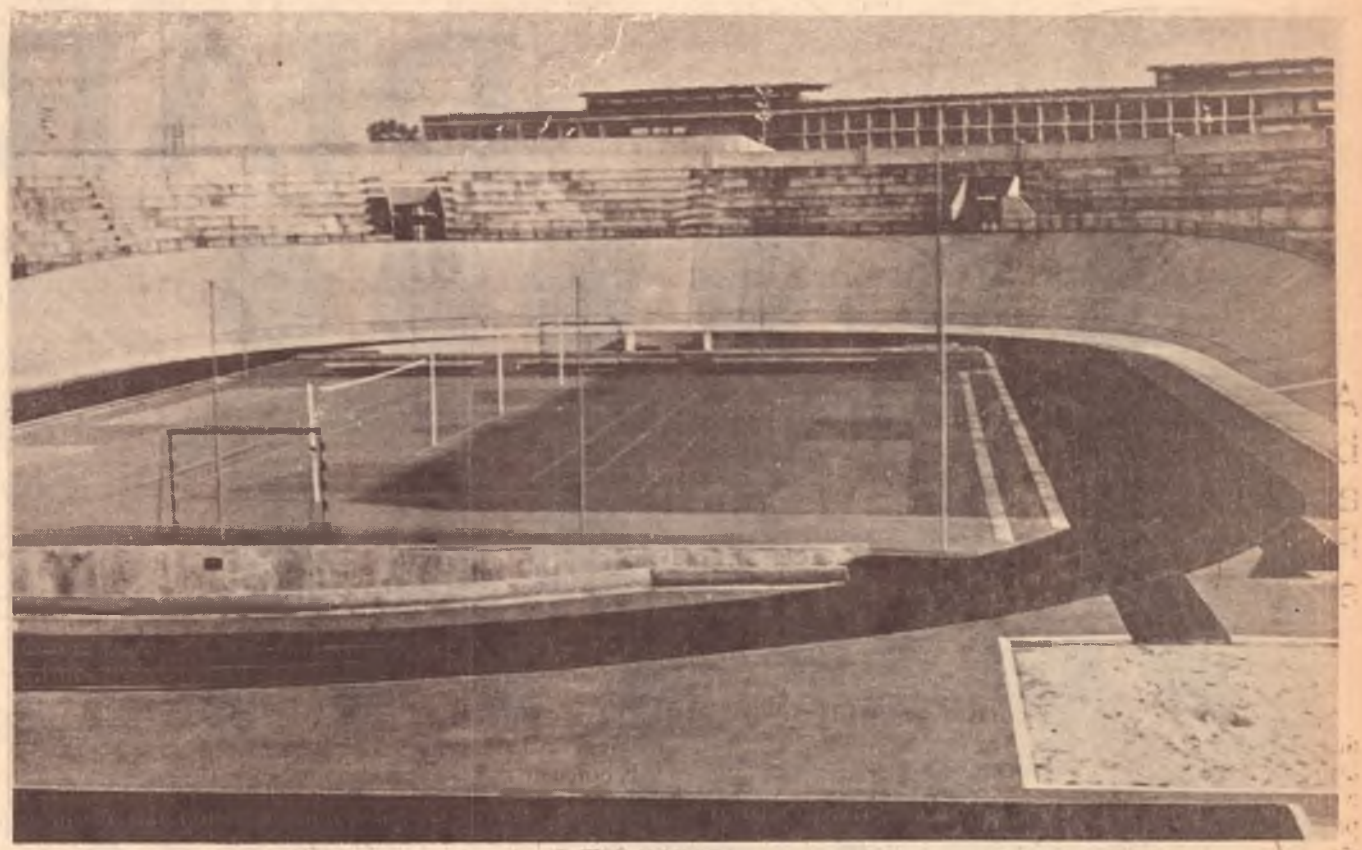
“Os dois modelos clássicos da economia da educação - o modelo do investimento (input ou rate of return) e o modelo da demanda (output, manpower ou social demand approach) se complementam servindo ao mesmo tempo como modelos explicativos do processo econômico. No primeiro, a unidade de cálculo é o dinheiro. Aqui se

Ensino para todos

Observa-se a partir desta época a abertura de um grande número de faculdades particulares através de incentivos governamentais, que veio a assimilar a pressão criada, principalmente em 68, com o problema dos excedentes e a existência de uma forte contestação à política educacional. As reivindicações, naquela época, (por mais verbas, mais vagas) se calcavam na existência de excedentes e com isto criavam condições de colocar em xeque a própria política educacional do Estado e não a política econômica que estava na raiz das insatisfações.

Surgem então duas perguntas: Por que o Estado não atendeu (e não atende) de fato as reivindicações das camadas médias quanto ao ensino? Por que essa economia, se os planos educacionais advertiam (e ainda advertem) a todo instante que muitos dos problemas brasileiros decorrem na carência de recursos humanos qualificados principalmente em nível superior? Aparentemente essas duas perguntas apresentam aspectos contraditórios. Mas só aparentemente.

Antes de seguir adiante é bom lembrar um aspecto importante que é da cooptação pelo sistema dos indivíduos da classe dominada (aqueles que conseguiram passar nas “primeiras filtragens”), e que venceram na vida fazendo força, através dos processos ditos “democráticos”. Estes “vencedores” servem de modelo para exemplificar aos outros (“derrotados”) a aparen-



“A contradição entre os objetivos e as boas intenções da administração, de um lado, e os meios e recursos de que ela dispõe, de outro, não pode ser eliminada pelo Estado sem acabar consigo mesmo, pois ele repousa nessa contradição”

concepção do Estado. Sua execução (baseados nos modelos clássicos) vai se realizar de acordo com as adaptações às especificidades históricas de cada país permitindo assim que o Estado não se desvie de sua orientação maior que é a política econômica.

Ou ainda em outras palavras, a solução do problema educacional não é de simples acertos correções de metas ou coisa que o valha; pois como diz C.M.:... “todo Estado procura a razão disso em defeitos advéncios ou internacionais da administração, e por isso tenta uma reforma administrativa para remediar esses males. Por quê? Simplesmente porque a administração é a atividade organizadora do próprio Estado.

A contradição entre os objetivos e as boas intenções da administração, de um lado, e os meios e recursos de que ela dispõe, de outro, não pode ser eliminada pelo Estado sem acabar consigo mesmo, pois ele repousa nessa contradição”.

B) Com a expansão do Capital de acordo com a demanda e exigências que o sistema agora faz (para seu “melhor funcionamento”), as empresas irão arregimentar esses novos profissionais dentro das melhores universidades, exigindo destes agora cursos de extensão, especialização, melhor qualificação da mão-de-obra e aperfeiçoamento desses recursos humanos. Notamos então, que se realmente houve uma “democratização” quanto ao ensino superior observa-se que a classe dominante através do Estado, cria mecanismos para os que vão exercer postos de comando (na sua grande maioria oriundos desta classe), tenham na “competição” maiores chances de vencer fazendo assim que a educação seja um dos pontos importantes na manutenção da estrutura de classes.

João Bosco L. Brandão,
Roberto S. Fortes

NOTAS

(1) Planos Globais Estaduais anteriores a 64. “Plano Salte”, de 1948, para o governo Dutra; o “Plano de Desenvolvimento”, elaborado entre 51/53 por uma comissão mista Brasil/Est. Unidos para o governo de Vargas; “Programa de Metas”, de 1956, para o governo Kubitschek (extrapolação do anterior); e o “Plano Trienal” de Celso Furtado, de 62, para o governo Goulart.

(2) Freitag, Barbara; Escola, Estado e Sociedade - Ed. Edart, 1977 pag. 23.

(3) Luiz A. R. Cunha: “O milagre Brasileiro e a política educacional” Revista ARGUMENTO nº 2 nov/73.

Trabalho “intelectual”, trabalho “braçal”.

Os conceitos de renda nacional, de Produto Interno Bruto (PIB) e Produto Nacional Bruto (PNB), são índices macroeconômicos de uma nação capitalista que irão medir bens de serviços “materiais e imateriais” que o país está produzindo em determinado período de tempo.

Segundo este conceito, a Educação é um serviço que produz um bem “imaterial” não passível de transformação em quantidade de recursos financeiros. Ela não é computada integralmente como bem produzido mesmo porque, essa própria ideologia da educação está orientada mais para potencializar os técnicos para administrar a produção dos bens, e não para produzi-los diretamente.

Junto desta conceitualização vem a concepção de divisão do trabalho que se aplica ao trabalho manual do trabalho intelectual. Mas não é por acaso. Os cargos

dirigentes e de mando exigem mesmo que só formalmente, uma formação de nível superior e/ou cursos de extensão e especialização, e estes elementos são recrutados na classe média alta e classe alta, pois somente eles conseguiram, devido à sua origem de classe, estas qualificações. Os trabalhos pesados e de rotina ficam (quase sem exceção) para os não ou semi-qualificados que estão junto as classes de mais baixo poder aquisitivo. Essa ideologia esquece, e não é por acaso, que a única mercadoria disponível no mercado em que a equivalência não funciona é a própria força de trabalho. O seu valor de uso diverge do seu valor de troca. A mais valia extraída desse “valor” é maior do que custou ao comprador, o capitalista. Existem portanto níveis (conforme a qualificação) diferenciados de exploração. E não é por acaso.

Os tempos mudaram:

A) O que concluímos, é que a política educacional recente, pelo exposto, não é contingente - resultado de erros de avaliação ou de distorções de programação - nem produto das carências da educação brasileira quando comparado a um modelo “qualquer” que julgamos melhor idealizados. Ao contrário, ela é necessária, pois faz parte da

Os cravos e os triguais

Para onde foram as conquistas da revolução portuguesa de 25 de abril?

Bissau, Moçambique e Angola haviam desencadeado, de armas na mão, desde 1961; do outro lado, os assalariados rurais do Alentejo puseram fim à secular dominação do latifúndio sobre suas vidas, passando por cima das vacilações de todos os governos. Quatro anos após o 25 de abril, os cravos podem estar murchos - mas no Alentejo os triguais florescem.

A reforma agrária portuguesa foi feita na marra. Se os trabalhadores tivessem esperado a aplicação da lei pelos seis governos provisórios e os dois constitucionais, nenhum latifundiário teria sido expropriado. E no entanto, as 536 Unidades Coletivas de Produção alentejanas e ribatejanas exploram hoje 1.130.000 hectares de terra. Essa área passou ao controle dos trabalhadores através da ocupação de 2/3 dos latifúndios expropriáveis nos seis meses que precederam a semi-restauração do 25 de novembro de 1975: até essa data, os trabalhadores levaram o aparelho de Estado à rebouca.

Os chamados Centros Regionais de Reforma Agrária não acompanharam, nem de longe, a dinâmica imposta pelo movimento de massa e coordenada pelos sindicatos de trabalhadores agrícolas. Limitavam-se, na maior parte das vezes, a estabelecer o inventário das fazendas que iam passando ao controle operário e a iniciar o processo de legalização. Até hoje não foram definidos nem o estatuto jurídico das terras expropriadas, nem as modalidades de indenização dos antigos proprietários. A partir de 25 de novembro, o movimento popular passou à defensiva, mas conseguiu impedir que os ataques à reforma agrária tivessem sucesso, consolidando a maior conquista do processo revolucionário além da descolonização.

Resultados favoráveis

Quem concebe a reforma agrária como uma ação governamental de transferência da posse da terra dos grandes proprietários aos camponeses ficará boquiaberto ao visitar o sul de Portugal. E terá muito que aprender com a experiência vivida pelos trabalhadores alentejanos. O movimento de ocupações - chamadas "selvagens" pela reação e setores da social-democracia - teve resultados que são, antes de mais nada, um solene desmentido às visões tecnocráticas e dirigistas.

Longe de desorganizar a produção, verificou-se, ao contrário, um aumento considerável da área de cultivo, dos efetivos pecuários, das máquinas, além de um notável impulso dos melhoramentos fundiários. Hoje a área de sementeira é três vezes superior na zona da reforma agrária. Dobrou a área irrigada, o mesmo acontecendo com o efetivo pecuário.

Nada de parecido aconteceu no Norte. O vale do Tejo não separa somente o Portugal católico com sede em Braga, a "Roma de Portugal", do Portugal desrurbanizado cuja capital seria Beja, "terra sem fé nem Se". Separa também dois tipos de estruturas agrárias radicalmente diferentes. No Alentejo predominava a grande empresa capitalista, opondo um punhado de patrões a um grande número de assalariados. Ao Norte predomina o campesinato: explorações familiares de pequenos proprietários, arrendatários e parceiros. O fracionamento dessas explorações atingiu níveis dificilmente comparáveis mesmo com países europeus. Basta dizer que mais de 90% das explorações portuguesas têm menos de 10 hectares e que cada uma está dividida, em média, em seis parcelas.

Em algumas regiões do norte mais de 60% da população ativa na agricultura trabalha em explorações camponesas, sem remuneração fixa, dependendo de todas as vicissitudes de um mercado que as leva frequentemente à autarcia. Nessas regiões os assalariados são empregados por pequenos patrões que, na maior parte dos casos, também trabalham nas explorações.

No Alentejo, um número reduzido de capitalistas, proprietários e arrendatários, empregava uma massa de assalariados temporários que atingia, em alguns distritos, mais de 90% da população ativa agrícola. Um proletariado agrícola com elevada consciência de classe e forte combatividade, utilizada muito antes do 25 de abril. Foi aí que o salazarismo encontrou maior resistência, durante os 48 anos de seu reinado.

Resistência

As condições de vida e de trabalho na planície alentejana foram durante muito tempo semelhantes ao calvário dos bóia-frias e peões no Brasil. Só a partir de meados da década de cinquenta, com o forte movimento de emigração para a França, Alemanha e Holanda, é que

começaram a existir condições para maior resistência por parte dos trabalhadores nas lutas salariais.

Organizando-se em comissões nas "praças de jornal" - locais onde tradicionalmente os capatazes e feitores contratavam "ranchos" pagos ao dia ou pela empreitada desenvolveram lutas duríssimas que deixaram muitos mártires. Uma mulher tornou-se o símbolo de toda essa resistência: Catarina Eufêmia, operária agrícola baleada pela Guarda Nacional Republicana, em 19 de maio de 1954 quando liderava uma manifestação em Baleizão, zona dos mais belos triguais do país. Essas mobilizações, que se faziam sobretudo nos períodos de contratação para os trabalhos sazonais como a colheita de cereais, a apanha da azeitona e a apanha do tomate, culminaram com a imposição, na prática, da jornada de oito horas. Até a greve de 1º de maio de 1962 os latifundiários haviam conseguido manter o regime de sol a sol. A partir daí tiveram que ceder, apesar desse fato não ter recebido nenhuma formalização legal até o 25 de abril.

A rapidez com que ressurgiram os sindicatos de trabalhadores agrícolas após a "revolução dos cravos", a determinação dos trabalhadores na conquista dos primeiros contratos coletivos de trabalho e a organização e disciplina com que tomaram a iniciativa de realizar a reforma agrária só podem ser explicadas por essa grande tradição de lutas que, por sua vez, é inseparável da sedimentação de uma consciência social proletária. Há muito tempo que o trabalhador alentejano é um puro vendedor de sua força de trabalho. Foram essas características que permitiram à reforma agrária assumir um caráter profundamente revolucionário, manifestando inclusive um certo caráter socialista num país capitalista.

Evitando a desigualdade

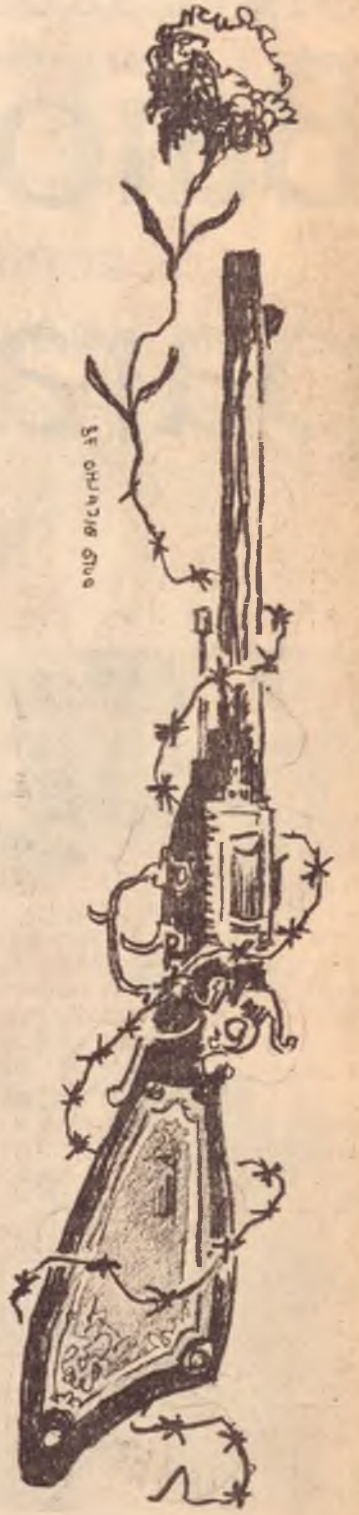
Os trabalhadores não só não dividiram as "herdades" como agruparam-nas em unidades maiores, segundo critérios muito diferentes de região para região. Mas uma preocupação esteve sempre presente: evitar uma grande disparidade de potencial produtivo devido à qualidade das terras ou à quinária. Tentavam assim evitar que aparecessem unidades favorecidas pela renda diferencial e que isso viesse a constituir um fator de

divisão da classe, já que as UCPs mais ricas teriam tendência a aumentar rapidamente os salários, dar mais regalias sociais ou mesmo tornarem-se cooperativas com distribuição de lucros. Essa tendência apareceu posteriormente graças à política do governo PS, que usou de tais artimanhas e dos cortes de crédito para dividir as Unidades Coletivas em pequenas cooperativas. Mas os resultados ficaram longe dos esperados por Mário Soares e seu ministro Barreto. O número atual dessas cooperativas não chega a 50 e muitas delas continuam participando inclusive das Conferências da Reforma Agrária, juntamente com as outras 500 UCPs.

Os trabalhadores da reforma agrária não foram infalíveis, e muitas das dificuldades que hoje enfrentam devem-se a incidentes de percurso que talvez pudessem ter sido evitados. O ritmo rápido com que se desenvolveu o processo de ocupação das terras e as características avançadas que assumiram as novas unidades de produção assustaram muitos pequenos agricultores, que passaram a servir de massa de manobra para os grandes proprietários expropriados. Explorando habilmente algumas contradições objetivas entre assalariados e camponeses, a Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP) conseguiu uma base de massa para desencadear a contra-reforma agrária.

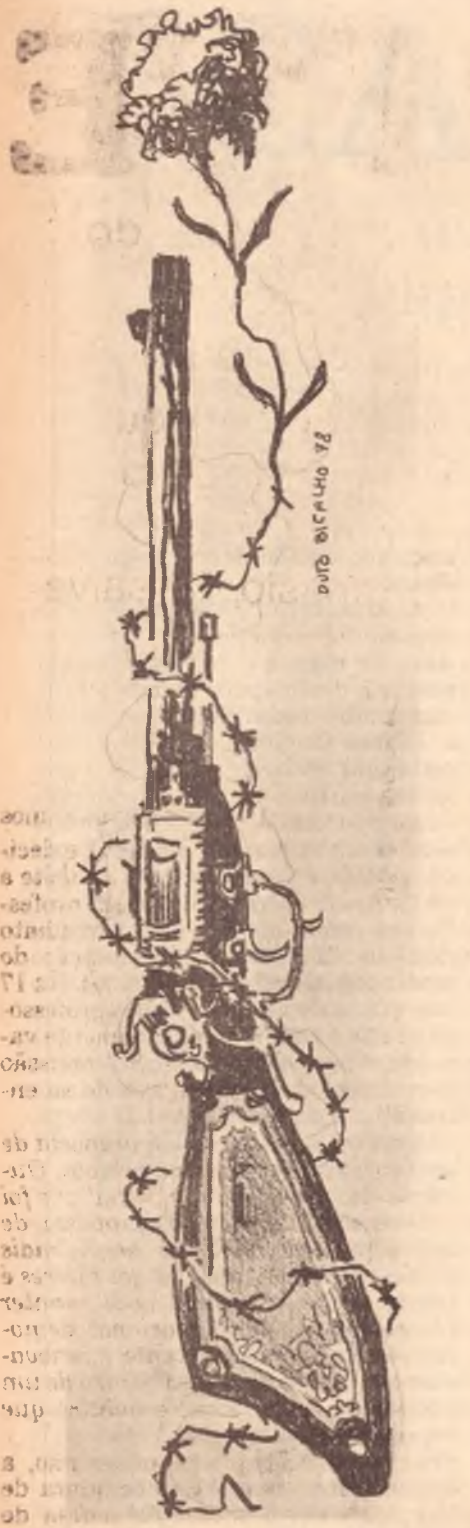
Por exemplo: existe um tipo de pequenos agricultores, chamados seareiros, que tomam de arrendamento alguns hectares de terra durante uma cultura qualquer. Em geral isso acontece com as culturas de primavera e com muita frequência nas áreas irrigadas. Depois das expropriações, colocou-se evidentemente a questão de se saber se os seareiros teriam direito de exigir essas terras que cultivavam sazonalmente antes da reforma agrária. Ora, em muitas zonas os seareiros acabam por empregar muitos assalariados temporários no momento das colheitas. E muitos deles são tanto ou mais odiados pelos trabalhadores que os grandes proprietários. Não é preciso dizer que não foram raros os desentendimentos. E foi o prato feito para a direita: os seareiros acabaram por ser os "camioneiros" de Portugal.

Na verdade, o fortalecimento da CAP esteve na origem de todos os ataques à Reforma Agrária, alguns deles trazidos em lei em junho de



1976, durante o primeiro governo constitucional. Se aplicada integralmente, a famosa lei Barreto devolveria as melhores terras a seus antigos proprietários, deixando aos trabalhadores as zonas mais ingratas. Seria a restauração de um capitalismo agrário através de médias empresas de cultivo intensivo, que utilizariam a mão de obra excedente das cooperativas que sobrassem. Mas esses planos não levaram em conta a verdadeira correlação de forças. Apesar do governo ter apelado para uma enorme repressão, utilizando até mesmo helicópteros e aviões durante as devoluções de terras, apenas 6% da área libertada passou outra vez para mãos dos antigos proprietários.

(José Veiga, de Paris)



Há quatro anos atrás a revolução portuguesa assustava a Europa com a imagem - que não se via desde 1917 - de soldados empunhando bandeiras vermelhas, ao lado de operários e camponeses. Hoje, porém, as comissões de moradores foram deixando de existir, as comissões de trabalhadores viram-se expulsas da cena política, os regimentos mais politizados foram simplesmente emudecidos. As indecisões de uma revolução que não soube criar seus órgãos de poder permitiram às classes dominantes recuperar-se do grande susto iniciado a 25 de abril de 1974.

Em dois pontos, entretanto, a revolução é irreversível: de um lado, ela impulsionou o processo de descolonização que os povos da Guiné

Angola, depois da vitória.

QUE É DETERMINANTE PARA A UNIDADE É A IDEOLOGIA E NÃO A GEOGRAFIA



Contraopondo-se às dificuldades enfrentadas pelos portugueses, em sua reforma agrária, a coletivização das terras em Angola, após a independência, foi em muito facilitada por um simples fator: 90% das fazendas haviam sido abandonadas por seus colonos. Restou, porém, ao governo de Agostinho Neto, a tarefa de persuadir os pequenos agricultores a se unirem em cooperativas, o que, em algumas regiões, já vem sendo empreendido com êxito.

A questão agrária, as relações do MPLA - hoje o Partido do Trabalho - com o povo angolano e a intervenção de Cuba e da União Soviética neste país são questões aqui analisadas por Arnaldo Santos, membro do governo angolano. Arnaldo esteve no Brasil no ano passado, para negociações de cinema com o governo brasileiro. Além de membro da Comissão Nacional que seleciona os filmes exibidos em Angola, Arnaldo também é diretor de finanças do Ministério das Finanças. A primeira parte de sua entrevista, onde discute o processo cultural angolano, foi publicada no número anterior de EM TEMPO.

EM TEMPO - Que solução a revolução angolana está apresentando para o campo?

Arnaldo Santos - O meu país é essencialmente agrícola. A maior parte de divisas permanece sendo o café, além da produção de petróleo e extração de minérios. E por essa razão o problema agrário é importante já na fase de colonização, porque as grandes fazendas agrícolas eram amplos latifúndios privados. Claro que haviam os pequenos produtores que vendiam sua produção ao grande latifúndio, ou a simples intermediários. Após a independência, o panorama se transformou radicalmente. Podemos, sem exagero, admitir que 90%, ou talvez mais, das fazendas agrícolas

passaram a ser posse do Estado por abandono dos colonos. Essas fazendas se constituem em empresas do Estado e são geridas como tal. Os trabalhadores constituir-se-ão como trabalhadores do Estado, sabendo que sua tarefa é em função dos interesses do país.

E verdade que, paralelamente, continuam a existir os pequenos agricultores. Eles continuam a ser uma força importante no campo da agricultura, com pequenas lavouras de mandioca e milho, que fornecem a alimentação para a maioria do povo angolano. Nós temos tentado convencer, persuadir que o trabalho individual, as pequenas lavouras individuais, têm pouco interesse para eles. Na medida em que se constituam em cooperativas, esse esforço é mais rentável e acaba por ter resultados muito mais benéficos. Em muitas regiões do país, predominantemente em zonas como Malange, o povo tem compreendido isto e tem se constituído em cooperativas de tal modo que - se pode presumir - a médio prazo, ele verifica que essa reunião de pessoas num esforço coletivo é mais benéfica para a resolução de seus problemas concretos.

Nessa fase de Angola, pode-se dizer que a grande maioria das fazendas agrícolas estão na dependência do Estado. Apenas parcialmente existe a agricultura tradicional, po-

rem já avançando para a constituição de cooperativas. Na primeira fase, essas cooperativas serão a forma de resolver o problema do campo.

ET - Como é a relação do MPLA com as massas angolanas?

AS - Quanto à relação do MPLA com as massas, além da estrutura de mobilização de massas dentro do movimento há ainda uma organização sindical, a UNTA (União dos Trabalhadores Angolanos), que reúne todos os trabalhadores, independentemente de sua simpatia ou não com o MPLA. Pela adesão que despertam, essas organizações têm iniciativas que são positivas, e respondem à consciência que o povo tem das suas necessidades. São os trabalhos voluntários no porto, o corte da cana-de-açúcar, a limpeza das cidades, e todas as tarefas que por sua natureza, por seu gigantismo ou necessidade de rapidez, necessitam mobilizar todas as forças para o trabalho.

A colheita do café, por exemplo, mobiliza todos os setores da população, desde o simples militante de base do movimento até um ministro, que está sempre presente e participa fisicamente no trabalho de carga e descarga no porto, no corte

"Quando um ministro trabalha ao lado de um contínuo, de um estivador, constrói-se uma nação a partir de uma perspectiva que antes não existia".

de cana. O próprio Agostinho Neto, no início de trabalhos dessa natureza, está presente e dá ali seu trabalho - físico e não simbólico. Esse exemplo tem sido continuado pelos responsáveis políticos e administrativos de todo o país, que participam à frente das mobilizações de massa, com exemplo militante, ajudando a resolver os problemas de uma forma prática.

Essas mobilizações são extraordinariamente importantes por reunir camadas que, por sua natureza, se contrapunham, como o funcionalismo público e os operários. Classes que não se harmonizavam, não se conheciam, e em relação às quais cada uma tinha seus preconceitos. É evidente que toda essa forma de participação acaba por permitir uma maior comunhão na forma de resolver certos problemas concretos. Elimina esses preconceitos entre o trabalho manual e o intelectual, e sobretudo constroem a nação, dentro de uma perspectiva que antes não existia. Todos se sentem como elementos do povo angolano, independente da cor, da sua posição dentro da sociedade angolana. Um ministro está trabalhando ao lado de um contínuo, ao lado de um estivador.

Muitas vezes acontece um fato que já não nos causa surpresa. Na estiva, quem coordena o trabalho são os estivadores, porque são eles que têm o conhecimento concreto de como se amarram as lingadas, como se resolvem tecnicamente certos problemas do cais. Nessa base, eles é que coordenam o trabalho dos grupos que, voluntariamente, vão trabalhar com eles. Então, invertem-se as posições - um chefe de serviço, com uma posição hierárquica importante, tem seu trabalho coordenado por um indivíduo do povo. Isso elimina bastante determinados preconceitos de hierarquia, de elite, que podem se estabelecer na nossa futura sociedade.

Para demonstrar o funcionamento do MPLA, Arnaldo explicou o que são Grupos de Ação. Os GAs são grandes células que se reúnem semanalmente para discutir politicamente e estabelecer tarefas concretas. Dessas reuniões participam todos os militantes de cada GA, incluindo os ministros e o próprio Agostinho Neto. Todo o militante tem direito de pedir a convocação de um plenário, do qual participam todos os militantes de determinada área social.

ET - Como você vê a intervenção de Cuba e da União Soviética em Angola? Qual a perspectiva de relação com esses países?

A luta de libertação angolana foi uma luta longa. Demorou 14 a 15 anos até a independência. É claro que, neste tempo, o MPLA estabeleceu estreito contato com os países socialistas, que tiveram decisiva participação em nossa luta, sobretudo na segunda luta de libertação, quando enfrentamos bandos fantoches da Unita e da FNLA, associadas a exércitos da África do Sul e do Zaire. Cuba, numa fase próxima à independência, apenas tinha em Angola alguns conselheiros e instrutores militares, transformando sua atuação, posteriormente, numa participação efetiva de luta. A participação da União Soviética também foi importante. Nos forneceu armas que precisávamos para enfrentar um inimigo que avançava com armas sofisticadas, blindados que nós não possuíamos.

Agora, normalizado o problema militar e político de meu país, as relações entre Angola e os países socialistas, principalmente Cuba e a União Soviética, mantêm-se muito íntimas. Cuba está transformando sua assistência militar numa colaboração técnica. Na medida em que os portugueses fugiram em massa e

deixaram as indústrias paralisadas, nós precisávamos de técnicos para substituí-los e para ajudar nosso avanço em certos empreendimentos econômicos. Cuba tem-nos dado uma ajuda multifacetada, em muitos campos. Hoje grande parte da missão cubana que se encontra em Angola é civil, constituída de técnicos de base, eletricitistas, mecânicos e até médicos e pessoal mais qualificado.

É evidente que nós também temos convênios econômicos e acordos bilaterais com outros países socialistas como a União Soviética, que tem para nós grande importância. Nossas relações com a União Soviética estão se materializando progressivamente em benefício recíproco e dentro da perspectiva de continuar a trabalhar com a União Soviética de uma forma muito próxima. Mantemos, também, acordos com outros países da Europa Oriental, como a Jugoslávia e a República Democrática Alemã. Todos eles vão nos ajudar em campos determinados, onde são especialistas e têm um desenvolvimento mais aperfeiçoado. Não estamos de forma nenhuma dependentes dessa ou daquela nação. Nosso esforço de desenvolvimento vai buscar mais apoio junto aos povos socialistas porque eles é que sempre nos ajudaram. Eles é que querem nos ajudar a consolidar nossa revolução. No entanto, nós buscamos ajuda em todos os países que nos querem ajudar, em termos de benefícios mútuos. (Depoimento a Bárbara Hartz)

Assine
DE FATO
EDITORIA TEXTUAL LTDA.

Greve nos Estados Unidos

Baionetas não servem para cavar carvão

João Damásio
José Sérgio Azevedo

Sob a lei do trabalho escravo

Um aspecto essencial da greve foi a denúncia dos limites do liberalismo norte-americano. Em dezembro, quando o movimento foi deflagrado, as cadeias de televisão e a grande imprensa eram unânimes em considerá-lo "inútil e suicida": todos afirmavam que os estoques de carvão a nível nacional seriam suficientes para pelo menos 100 dias e que os operários, pobrezinhos, seriam os únicos prejudicados. Mas quando a greve começou a surtir efeito - em fins de janeiro a Potomac Edison, que produz energia para os estados de Maryland e West Virginia, declarou-se em emergência, ao mesmo tempo, a General Motors, a Ford e a Chrysler ameaçaram interromper sua produção - os liberais mudaram de tom. Os jornais "sérios" começaram a falar na redução do crescimento econômico, no aumento do desemprego e até em "ataques à segurança nacional", em referência à obstinação operária.

alegando estado de emergência nacional.

A autorização judicial para a repressão foi requerida por Carter no dia 6 de março, e um juiz a sancionou três dias depois. A ordem judicial proibia todos os representantes e líderes sindicais de "continuar, estimular, ordenar ou ajudar a greve", a partir de então considerada ilegal - o que deixava os mineiros sem direitos a auxílio-desemprego ou subsídios para compra de comida, portanto, sob ameaça de fome. Foram proibidas todas as atividades que "interferiram ou afetem a continuação ordenada do trabalho nas minas de carvão", com ameaça de multa e cadeia. Além disso, todo o aparelho policial foi mobilizado para forçar os mineiros a voltar ao trabalho e proteger as minas operadas por trabalhadores não sindicalizados, que estavam aumentando a oferta de mão de obra.

O objetivo era claro: forçar os trabalhadores a aceitar as condições propostas. Mas, como dizem os mineiros de Harlan County, "baionetas não servem para cavar carvão". Apesar das ameaças e tentativas de suborno com a oferta de 200 dólares extra para os que rompessem a greve, os mineiros se mantiveram unidos e todo o esquema foi desmoronado. Uma semana depois da utilização da emenda Taft-Hartley somente 23 mineiros, dos 160 mil em greve, haviam aparecido para trabalhar. E só trabalharam um dia.

Carter e patrões

Os membros da administração Carter também mostraram sua verdadeira face. De início Carter tentou fazer passar um projeto extremamente próximo da proposta patronal, imediatamente aceito pela liderança pelega do sindicato. Ao apresentá-lo, o presidente ameaçou: "Se os mineiros não seguirem a liderança do sindicato, ratificando o contrato, drásticas medidas serão tomadas por mim, que, estou certo, não vão agradar ninguém". A resposta das bases mineiras foi a rejeição do projeto, numa proporção de dois contra um, e a continuação da greve.

De acordo com a legislação norte-americana, Carter dispunha, ainda, de duas opções para agir. Ele poderia intervir nas minas durante algum tempo e negociar diretamente com os mineiros, como foi feito no passado por Truman. Para isso, deveria pedir autorização ao Congresso, onde haveria oposição dos setores conservadores, pois a medida implicaria uma condenação política à atitude dos patrões.

A outra alternativa seria utilizar uma lei repressiva contra o movimento operário, a emenda Taft-Hartley. Os mineiros seriam forçados a voltar ao trabalho por 80 dias, sob as condições do antigo contrato de trabalho, no que é definido clinicamente como período para "acalmar os ânimos".

Direitos Humanos

A decisão do governo não foi surpresa. "Esta é a doutrina dos direitos humanos de Carter em ação", disse irado um mineiro de Ohio. Depois da recusa dos mineiros de aceitar o contrato negociado pelos pelegos, pelo governo e pelos patrões, Carter apelou para a Taft-Hartley,

Um exemplo

Ao se recusarem a voltar às minas "sob a lei de trabalho escravo", como chamam a emenda, os mineiros deram um exemplo de resistência para todo o operariado norte-americano. Enquanto isso, o apoio governamental aos patrões ficava ainda mais claro, com a possibilidade de intervenção nas minas totalmente ignorada. "Eu voltaria ao trabalho se Carter interviesse nas minas", disse um mineiro ao New York Times. Na verdade, muitos mineiros veriam a intervenção como um tabefe na cara dos patrões: "Nós só queremos os livros das companhias", afirmou, ao Washington Post, contrariado, outro grevista. "Eles dizem que não podem nos dar um contrato melhor. Nós só queremos ver se estão dizendo a verdade. Nós voltaríamos às minas se elas fossem confiscadas."

Só que é provável que, mesmo no caso de intervenção nas minas, Carter não revelasse os lucros secretos das companhias. Um repórter do Boston Globe afirmou que "se os mineiros chegam a descobrir quem são na realidade os donos das minas em que trabalham e qual é o volume real dos lucros anuais dessas empresas, é certo que teremos uma revolução nas minas de carvão".



O 1º de maio se comemora nos Estados Unidos na primeira segunda-feira de setembro. É o aniversário de importantes conquistas dos trabalhadores - como a jornada de oito horas - conseguidas em 1884, após uma série de manifestações. Desde então, os operários norte-americanos vem consolidando seus direitos, obrigando os capitalistas a ceder, sem, no entanto, possuir uma perspectiva revolucionária quanto ao sistema. Hoje, no país mais rico do mundo, os patrões mostram que querem eliminar esses direitos, gradualmente, com o apoio de pelegos e de um governo eleito principalmente pelo voto de trabalhadores que acreditaram nas promessas eleitorais de Carter. Os primeiros sinais de sua estratégia apareceram ao final da greve dos mineiros. A greve deixou claro os limites do liberalismo norte-americano e explicitou os dados da luta de classes no país.

Depois de 109 dias de luta, terminou a greve dos mineiros de carvão dos Estados Unidos. Ameaçados pela fome, abandonados por uma liderança sindical pelega e sob forte pressão da polícia depois que a greve, iniciada em 6/12/77, foi declarada ilegal pela administração de Carter, os operários sindicalizados na UMW (União dos Trabalhadores das Minas) tiveram de aceitar a proposta patronal. Pelo novo contrato, cada trabalhador deverá pagar 200 dólares anuais pela assistência médica à sua disposição - uma importância não muito alta, mas que marca o fim da medicina gratuita, conquistada há mais de 30 anos pelos operários das minas. Com esta derrota parcial, terminou o mais longo movimento grevista das minas de carvão dos Estados Unidos, que mobilizou 160.000 trabalhadores - participação apenas comparável a das greves da indústria metalúrgica (1959), dos estivadores (1964) e dos trabalhadores postais (1971).

Significativamente, no mesmo dia em que anunciava a aceitação do novo contrato de trabalho pelos mineiros, o New York Times publicava na primeira página um artigo destacando as novas tendências no relacionamento entre patrões e empregados no país. Os operários que se cubram, pois os empresários estão dispostos a retomar tudo o que tiveram de ceder no passado frente a uma classe operária militante e organizada; era a mensagem do New York Times. Uma análise no mínimo inquietante, para os 500 mil motoristas de caminhão, 120 mil ferroviários e milhares de estivadores e trabalhadores em transportes públicos que nos próximos meses iniciarão as negociações de seus contratos de trabalho. Para todos estes setores, as lições da greve dos mineiros - provavelmente a mais decidida ação empreendida pelo ope-

rário norte-americano desde a década de 30 - se revestem de grande importância.

Carvão e morte

O ponto essencial do conflito não se prendia ao nível salarial, relativamente alto em virtude de mobilizações anteriores; o que estava em jogo era o poder de decisão quanto às condições de trabalho. Os mineiros reivindicavam o direito de se recusar a trabalhar quando considerassem que as condições de segurança e ventilação não fossem adequadas. Exigiam os direitos de decidir, "na boca da mina", se deviam ou não arriscar suas vidas no interior das galerias. Reivindicação essencial, quando se sabe que, para o setor, há uma evidente relação direta entre aumento da produção e deterioração das condições de segurança.

Para os patrões, este direito é uma "ameaça à produtividade". Alegando que somente em 1977 ocorreram 8.900 paralisações de trabalho, o que provocou uma redução de 62 milhões de toneladas da produção, eles pretendiam que estas greves por melhores condições de trabalho fossem declaradas ilegais; além disso, os líderes que as impulsivassem deveriam ser sumariamente demitidos. Em carta aberta "ao povo e ao Congresso", os patrões caracterizaram a proibição a greves como um "elemento essencial para aumentar a produtividade e estabilizar (sic) a força de trabalho". Mas a resistência operária foi mais forte e, nesse ponto, as empresas mineradoras foram obrigadas a recuar.

O abandono da assistência médica gratuita, entretanto, foi uma vitória estratégica para os patrões - sobretudo porque eliminou uma "cabeça de ponte" de medicina socializada, que protegia um dos gru-

pos profissionais mais sujeitos a doenças e acidentes relacionados com o ambiente de trabalho, entre todos os setores da economia norte-americana.

Mortalidade

Entre os mineiros, o índice de mortalidade é sete vezes superior à média estabelecida para o conjunto do operariado industrial, e o número de horas perdidas em resultado de acidentes de trabalho é quase 10 vezes mais elevado. Além disso, o trabalho nas minas favorece uma grande incidência de doenças bronco-pulmonares. A taxa de mortalidade é 23% maior que a média nacional, na faixa entre 20 e 24 anos, e, para os de mais de 60 anos, chega a ser 122% superior. A taxa de mortalidade por doenças bronco-pulmonares é três vezes maior que a dos profissionais liberais.

Para enfrentar o problema, desde 1946 o sindicato oferece a seus membros um plano de saúde considerado um dos mais perfeitos na estrutura sindical do país. Uma rede de hospitais e clínicas dá assistência médica completa aos mineiros e suas famílias, com tratamento, curativo e uma grande ênfase nos aspectos preventivos da medicina social. Só que parte dos financiamentos provinha de contribuições patronais, na forma de uma quantia fixa por tonelada de carvão produzida, e as empresas passaram a utilizar esta contribuição como elemento de chantagem contra mobilizações.

Diminuindo a produção, as greves implicariam redução das contribuições para o fundo de pensões e assistência médica. Na realidade, o que acontecia era que muitas vezes as greves eram deflagradas em protesto contra a falta de assistência médica ou atraso no pagamento das pensões aos aposentados!

Aqui não há lugar para os neutros

Em outro nível, a greve dos mineiros veio desmascarar uma liderança sindical totalmente corrupta, que há muitas décadas se apossara do sindicato. O atual presidente, Arnold Miller, foi eleito pela primeira vez em 1972, pela oposição, no bojo de uma campanha para ampliar a democracia interna da UMW, então dominada por Tony Boyle. Este era simplesmente acusado de ter mandado matar Tock Yablonsky, também da cúpula sindical, mas que estava comprometido com a oposição. Durante sua campanha, Miller multiplicou afirmações do gênero: "Hoje é impossível perceber qual é a diferença entre os donos das companhias e os líderes da UMW". Cinco anos depois, o candidato da "democracia operária" era acusado, entre outras coisas, de "esconder" cinco milhões de dólares, doados por outros sindicatos para ajudar o movimento grevista.

Mas a debilidade essencial de décadas de sindicalismo de fachada é a incapacidade de sindicalizar um número suficiente de mineiros. Hoje, os membros da UMW produzem apenas 50% do carvão norte-americano. Isso enfraquece consideravelmente o poder de negociação do sindicato, pois cerca de metade das minas não participam do processo de barganha coletiva. Ao perceber que os não-sindicalizados seriam manipulados pelas empresas mineradoras - e diante da completa

omissão da liderança sindical, tanto da UMW quanto da AFL-CIO, a confederação nacional dos sindicatos - os mineiros sindicalizados decidiram formar caravanas de milhares de pessoas e dirigir-se às "minas piratas". Através de barreiras rodoviárias e fechamento de fato de algumas minas, foi-lhes possível cortar, durante a greve, 75% da produção nacional de carvão.

SOLIDARIEDADE

Apesar do bloco dos empresários, do governo e dos pelegos, os mineiros não estiveram completamente isolados. Além do apoio de organizações sindicais a nível local, os grevistas receberam o apoio dos poderosos sindicatos dos trabalhadores das indústrias automobilísticas e dos metalúrgicos. Fazendeiros do meio-oeste, também em greve, fizeram caravanas para distribuir comida entre os mineiros, e grupos comunitários, em todo o país, emprenderam uma campanha nacional de solidariedade.

Resta saber em que medida a intransigência patronal e a enorme combatividade operária, organizada a partir das bases, representa as linhas de desenvolvimento da luta de classes nos Estados Unidos para os próximos anos. De qualquer modo, como diz uma velha canção de combate dos mineiros norte-americanos, "aqui não há lugar para os que são neutros".

A propósito das críticas à Editoria de Cultura

"Amigos,
A possibilidade de se debater, junto aos leitores, as diversas visões de condução da frente jornalística de EM TEMPO é auspiciosa e sempre bem recebida. Nesse sentido é que entendemos a carta da sucursal do Rio de Janeiro, publicada no nº 7 do jornal, contendo críticas à linha da Editoria de Cultura. Nossa resposta, por uma questão de espaço na página APARTE, procurará centrar-se apenas nos pontos principais da crítica que nos foi enviada.
O primeiro desses pontos é o que diz estarmos confundindo "o alvo principal", ao apontarmos - dizem - a linha da Editoria contra um "alvo secundário". Em síntese, observam os colegas cariocas, que damos destaque privilegiado a divulgação crítica de temas políticos e de divergências no seio das oposições, "em detrimento da luta principal" contra o regime autoritário e a denúncia de todo o sistema de dominação cultural montado para a submissão e alienação da classe trabalhadora." Assim, frisam que esse "destaque", como afirmam, "coloca em risco e nega a Frente Democrática" que entendem ser fundamental para um jornal como EM TEMPO.

Ao formularmos essa crítica, em termos teóricos os colegas parecem estar fazendo uma má leitura dos clássicos, equívoco porém que não lhes é privilégio, se olharmos o passado das oposições entre nós. Não entendemos nesse sentido etapista, a complexidade do processo político. Ao contrário dos colegas que o entendem assim, quando afirmam (em documento que acompanha a carta publicada) que estamos "confundindo o alvo principal na atual etapa de lutas pelas liberdades democráticas".

Reconhecemos na complexidade do processo político a existência de uma contradição principal (definida por uma tática de ação) e de uma contradição fundamental (e não, secundária), esta definida em linhas estratégicas.

"FRENTE DEMOCRÁTICA"
Parece-nos que essa má tradução e compreensão dos clássicos é a base em que se estrutura a crítica dos integrantes da sucursal do Rio. Uma má tradução capaz de nos levar a falsas questões, tais como a de querer entender o atual regime militar desligado da compreensão do estágio de desenvolvimento capitalista, em nossa sociedade. Uma falsa questão que nos levaria a desligar as questões táticas

dos objetivos estratégicos mais conseguintes, quando se sabe que tática e estratégia se definem mutuamente numa relação dialética.

Essa falsa questão, essa má utilização dos clássicos, já levou muitos a erros de análise da conjuntura, a desastrosas alianças, a falsas prioridades, e respostas impróprias à política de dominação de classe no país.

O equívoco dos colegas nos faz compreender - ainda que como espanto - a simplificação com que qualificam a proposição do jornal para as oposições como sendo a de uma "Frente Democrática". De modo simplório resumem os propósitos do jornal no objetivo de se dar "subsídios às lutas da oposição democrática", conforme dizem em documento já citado anteriormente. Ora, sabe-se muito bem qual o limite de uma "Frente Democrática", sua composição de classes historicamente determina. E nos parece que EM TEMPO pretende ir além, enquanto jornal de oposição.

A opinião dos colegas, nesses termos, é equivocada também, por assim resultar a limitação do espaço de ação de outros que compõem a frente jornalística. Principalmente quando se sabe que em programa, como objetivo do jornal, o subsídio (a nível das ideias) às oposições em geral, mais particularmente aquelas mais conseguintes (e não prioritariamente à "oposição democrática") na luta pela conquista das liberdades democráticas do ponto de vista dos trabalhadores.

Para tornar mais clara essa questão basta um releitura do editorial "A CONJUNTURA E A OPOSIÇÃO", publicado no nº 2 de EM TEMPO.

De nossa parte, tentando evitar falsas questões, diríamos que nem a tática pode ser tomada por estratégia, nem esta pode ser confundida com a tática; sendo que esse último devio parece nos ser imputado pela sucursal carioca, quando diz que damos destaque privilegiado "à crítica a outras tendências democráticas...".

BALANÇO E PROCESSO

Refutamos tal crítica, conforme sua formulação, a começar pela própria enumeração quantitativa das matérias publicadas pela Editoria. Até o número

de(2) do jornal (limite da crítica dos colegas), se publicamos nas páginas de cultura, 22 matérias, apenas 6 dessas estariam comprometidas, direta ou indiretamente, com a veiculação de polémicas e debates no seio das oposições. Se equívocos, numa ou noutra matéria, foram cometidos; se houve falha, isto é próprio do desenvolvimento de uma editoria, no seu processo de crítica, autocrítica e aprimoramento das questões e serem veiculadas. Aprimoramento que os colegas do Rio não de observar, vistas as matérias publicadas nas edições que se seguiram.

Frisamos também que 21, das 22 matérias em questão, foram assinadas por autores, destacando-se desse modo enquanto contribuição pessoal dentro do programa do jornal - a expressão da frente jornalística.

A matéria sem assinatura ("Cavando uma ponte") é uma introdução editorial que assinala a preocupação (dentro de outras preocupações) de se polemizar (e não "combater", como dizem os colegas), por meio de diversos pontos de vista, as múltiplas visões dos setores da oposição quanto à política oficial de cultura. Questão que, com base nos objetivos do jornal, consideramos pertinente. Vemos, no âmbito do regime militar, a concretização de um projeto cultural (Política Nacional de Cultura, vide matéria "Recobrando a Segurança", em Tempo nº 6) bem armado pelo atual governo, nos termos da conjuntura de dominação de classe, em nossa sociedade. E vemos, entre nós, jornalistas e pessoas da oposição que procuramos contribuir para o esclarecimento, no nível das ideias, das práticas oposicionistas, a carência de um projeto cultural crítico sistematizado e mais consequente que aponte de modo contínuo para a negação desse projeto cultural de dominação que se implanta com considerável sucesso.

TEMAS E MÉTODOS

Nesse sentido é que achamos válido discutir as várias propostas culturais das oposições, para assim "contribuir à elaboração de uma crítica contundente que vá raiz dos problemas".

Das outras questões a mais temos a levantar com relação à carta dos colegas. De fato, compreendemos "a luta ideológica como proposição de novas práticas, novos valores, comportamentos, cosmogonias". Os colegas dizem que somos um grupo "um pouco pre-

tensioso" que quer, nas páginas do jornal, propor novas práticas, comportamentos, cosmogonias, etc... Refutamos essa má leitura de nossa formulação, pois temos mais do que sabido, não sermos nós a própria luta ideológica. Embora desejemos contribuir para o acirramento de suas questões.

A partir daí, refutamos a pouca cordial qualificação dos colegas de que pretendemos ser "Faróis Culturais do Proletariado". Em nossa prática jornalística e política não pretendemos isso. No mínimo uma leitura mais atenta do documento "Estrutura, Funcionamento e Temas Privilegiados" desmentirá o que nos imputam os colegas. Lá, ao evidenciarmos o modo de tratamento das questões ideológicas no âmbito da classe trabalhadora, frisamos: "... para que se evite a burocratização de nosso desempenho, (propomos) que a atividade de um jornalismo cultural, em âmbitos sociais não diretamente representados no corpo da editoria, se dê primordialmente a partir de matérias baseadas em pesquisas de campo, entrevistas, reportagens, etc...", a fim de que se estabeleça mais um diálogo crítico com esses âmbitos sociais, ao que uma contribuição verticalista que abra mão do contato direto, da vivência compartilhada".

Faróis do proletariado seríamos se estivéssemos apenas preocupados em propor temas de matérias para os trabalhadores, e não métodos de elaboração e execução mais consequentes dessas matérias. Escrever sobre isto ou aquilo se pode escrever de muitas perspectivas, mas difícil é encontrarmos e concretizarmos um método mais consequente de prática jornalística, na abordagem de questões ideológicas pertinentes ao público privilegiado definido pelo jornal. E isso temos tentado em experiências, ora bem, ora mal sucedidas. Uma tarefa que não compete só à Editoria de Cultura, mas a todos os trabalhadores do jornal. O que esperamos, no processo de desenvolvimento de EM TEMPO alcançar, dando maior sentido a nossa atuação.

Esperando que esta carta-resposta tenha encaminhado bem nosso debate e desejando que em conjunto as edições de EM TEMPO tenham esclarecido melhor sobre o trabalho da Editoria, deixamos aqui nossas saudações cordiais."

Os editores de Cultura de EM TEMPO.

Aparte

Cartas, críticas, sugestões, apartes, etc., para: rua Mateus Grou, 57 - Pinheiros, São Paulo - CEP: 05415. A redação (por motivo de espaço) se reserva o direito de publicar apenas trechos dos textos recebidos. Mas solicita que os correspondentes façam um esforço para não ultrapassar 50 linhas de texto datilografado, na base de 70 toques por linha. E mais: solicita-se que os correspondentes dêem seus nomes e endereços completos.

"Vocês dão pouca atenção ao nervo da questão."

"Pessoal,

Estou achando que, no jornal de vocês, falta uma atenção maior ao nervo, ao "xis" da questão aí do Brasil. Me dá a impressão de que o jornal trabalha muito em cima dos blefes dos políticos daí. O que está realmente acontecendo no país: crise eleitoral?, reação da pequena burguesia e classe média?, até onde isso empurraria a uma democratização? Crise econômica?, mas isso não seria resolvido com algumas concessões do sistema? Reformismo determinado pelo imperialismo, como na Grécia, Portugal e Espanha? Movimento dos trabalhadores?, onde? O país tem mais ou menos 30 milhões de trabalhadores, quantos estão se movimentando? O que houve realmente no ano passado? Apenas aumento do custo de vida? E Antes? O Hélio Fernandes denunciou no ano passado uma série de razões, econômicas e outras do tipo corrupção, favorecimento ilícito, tráfico de influência no governo, etc., como algumas das razões fundamentais da existência da censura; por que o EM TEMPO não trabalha também em cima disso? Por que o EM TEMPO não entrevista sistematicamente os líderes sindicais de antes de 1964 e de agora? O Lula, por exemplo, disse a isto é que por os operários há entraves tão importantes quanto o AI-5. Que entraves são esses? O que um sindicato pode fazer hoje? Quais os direitos dos sindicatos antes de 1964 e depois? Quais as consequências disso?"

Por que o jornal não publica em cada número uma colunazinha simples e estreita com mini-informações sobre o que acontece nos sindicatos do país hoje? Por que o jornal não faz um Aparte especializado em sindicatos, chapas de oposição impugnadas, etc.? Por que não entrevista as chapas impugnadas? Por que dá cana imprimir e distribuir panfletos? Isso não contraria a Constituinte? Por que as escolas são censuradas? Por que não há autonomia nas universidades, professores e estudantes sobre a autonomia universitária? Dizem que hoje o universitário é um cara em busca apenas de créditos: que significa isso? Por que não criticam a nomeação de presidente e governadores? Por que não fazem uma enquete junto a todos os setores da sociedade para conferir as nomeações? Por que EM TEMPO não se adianta aos políticos tradicionais? Neste ano, provavelmente acontecerão coisas muito importantes no País. Por que EM TEMPO não se adianta e pesquisa e tenta descobrir e explicar o que pode acontecer, com que objetivos e por que causas? Por que os sindicatos estão, em boa parte, ainda calados? Quais as consequências disso para os trabalhadores? E as associações estudantis? O que pensam os professores de segundo grau e universitários? Até que ponto a atividade das oposições fica apenas em manifestos e cartas de solidariedade e não na organização das bases? O que está acontecendo realmente no país? Sei que talvez por inexperiência ou desconhecimento mesmo de muitas coisas, pode ser que eu esteja propondo algo impossível de ser feito. Não sei. Ai estão, entretanto, algumas ideias".

Raimundo Caruso - México

Bettelheim, mais uma vez

"Caros amigos",
Reportando-nos à carta publicada na seção Aparte no nº 3, intitulada "Charles Bettelheim, um defensor de Stalin?", temos a dizer que Machado, o autor, não nos convence. O 1º parágrafo, por exemplo, refere-se ao crédito que os bolcheviques dos anos 30 davam a Stalin. Assinalar a existência desse crédito, feito nos anos 30, não implica em defender (moderadamente) a Stalin. Após isso, Machados resume Bettelheim. Há aí uma descaracterização. Quanto à acusação de Machado de que Bettelheim mostra "como Stalin foi... continuador de Lênin" o texto é o seguinte: "Proclamando a possibilidade de fazer avançar a União Soviética em direção ao socialismo, Stalin - contrariamente às afirmações de Trotsky - aparecia como o continuador de Lênin..." (Bettelheim, p.38). Ora, a interpretação parece ser totalmente carente de base. Quanto ao outro parágrafo citado por Machado, ele omite que Bettelheim se refere ao período do pós-guerra, não tendo com os outros parágrafos qualquer identidade de problemática. Já o parágrafo que Machado chama de decisivo também é "curiosamente" interpretado. Em nota de pé de página (p.38), Bettelheim é bastante claro: "Trata-se aqui dos erros cometidos por Stalin ao final dos anos 20 e durante os anos 30". Essa ressalva, que Machado também omite, refere-se aos graves erros cuja natureza não era imediatamente visível. Na realidade, os erros teóricos e políticos não são sempre visíveis; como, por exemplo, a confusão entre nacionalização e socialização, o proble-

ma do uso capitalista das máquinas, etc. Essa dificuldade é própria da situação de uma sociedade classista. Todos sabemos que nenhuma realidade é absolutamente transparente e que por melhor que seja uma dada teoria ela não resolve (nem mesmo coloca) todos os problemas. Assim, a constatação da dificuldade não pode aparecer como defesa do stalinismo, pelo menos com fundamento. Os problemas são realmente complexos.

No que se refere ao segundo volume da obra de Bettelheim, a afirmação citada em nada comprova a tese de Machado: é preciso lembrar que os bolcheviques pouco a pouco se transformaram em algo distinto dos bolcheviques do período revolucionário. As semelhanças parecem residir apenas no nome do partido. Assim, a afirmação de que Stalin sistematizava o pensamento desses bolcheviques não parece poder ser contestada com tanta facilidade. Quanto à outra afirmação referente às massas populares, ela é bem genérica. Diz Bettelheim: "... e algumas das aspirações de uma parte das massas soviéticas" (grifo nossos). Lembremos que também o proletariado do tempo de Stalin não é o mesmo do período revolucionário. É isso que seguramente em todos elementos importantes da explicação que Machado continua a nos dever.

Creemos que é preciso que essa explicação seja encaminhada, se quisermos ter clareza sobre importantes processos da vida internacional que continuam a nos desafiar.

Petrônio Ferreira - Campinas (SP)

O problema do ME não são as alianças

Para o movimento estudantil, o problema das alianças ainda não estaria na ordem do dia e a tarefa principal seria ainda a da própria organização.

"Aos redatores:

A informação contida na matéria OS ESTUDANTES ESTÃO DE VOLTA, nº 4 de EM TEMPO segundo a qual "em Juiz de Fora a reitoria tem bastante influência e consegue, vez ou outra, eleger a diretoria do DCE", não é correta. As eleições para os diretórios em Juiz de Fora fazem-se através de voto universal, secreto e direto, e o fato de nos fins de 1976 haver sido eleita uma chapa favorável à política educacional do governo e ao regime deve-se a condições específicas do funcionamento dos órgãos estudantis na UFJF. Estes caracterizam-se pelo isolamento em que se encontram da massa estudantil, relacionando-se com elas de uma forma burocrática e ultimista. Os DAs funcionavam apenas como instâncias desta burocracia. Esta situação foi inteligentemente percebida pelo grupo "Xequemate" (favorável ao regime), que, apesar de não oferecer a alternativa da mobilização, como forma de substituir o controle burocrático da massa pela democratização do DCE, colocava-se contra o "continuismo". Isto é a falta de uma visão clara dos problemas da universidade brasileira e suas relações com o regime militar permitindo a ascensão do grupo "Xequemate". 1977, no entanto, ano de intensas mobilizações, contra e apesar do DCE-Xequemate, demonstrou que o voto do estudante justificarão não foi pelo programa da chapa "anti-continuista" mas, sim, contra os mecanismos burocráticos que impediam a mobilização e o controle democrático das decisões do DCE.

Quando ao conjunto da matéria OS ESTUDANTES ESTÃO DE VOLTA, gostamos de sugerir algumas críticas.

Em primeiro lugar, a matéria adota um tom algo triunfalista no trato da mobilização dos estudantes em 1977. Não é verdade que as mobilizações do

primeiro semestre tenham demonstrado "o grau de unificação atingido". Se os estudantes de todo o país acompanharam o movimento dos estudantes paulistas, isto se deve mais à exaustão que vem sofrendo o regime militar, que o faz perder a sua capacidade de cooperar a pequena burguesia. Esta, que no período do milagre econômico chegava até a apoiar a ditadura, coloca-se agora dentro do bloco oposicionista. O movimento estudantil, como expressão da pequena-burguesia, anima-se portanto, em todo o país, no ano passado, mas de uma forma bastante descoordenada.

O tom triunfalista aparece ainda em afirmações sobre o apoio popular ao ME. Se é verdade que a população reagiu favoravelmente à movimentação estudantil, é fato também que um dos motivos que levaram ao refluxo do segundo semestre foi a incapacidade do ME romper de forma decidida o seu isolamento social, permitindo uma aliança com as camadas populares ao nível da mobilização das massas. Não queremos dizer que o ME não tenha pesado na conjuntura e permitido a conquista de um espaço político considerável. Apenas é necessário compreender que as chuvas de papel picado de edifícios em avenidas centrais não significam apoio e adesão das camadas populares. O papel do ME foi, portanto, auxiliar.

Em segundo lugar o artigo não procura ver o ME dentro da totalidade da estrutura sócio-econômica do país e das tensões que o funcionamento contraditório do "modelo associado-exportador" provoca na conjuntura política. É fato sabido que o ciclo acumulativo iniciado em 1968 encontra seu término em 1973, ano em que se iniciava a movimentação dos estudantes. Esta situação coincide com a comprovação prática da falência da Reforma Universitária, que submetia o ensino superior às necessidades das grandes empresas ao nível da força



de trabalho qualificada. Isto permitiu um crescimento relativamente rápido do ME e a combinação das "lutas educacionais" (mais verbais, melhores condições de ensino etc) com as lutas políticas gerais. A crise da Universidade era o reflexo imediato da crise do modelo associado.

A crise econômica e a impossibilidade da ditadura servir a toda sua base social sem ferir essa ou aquela fração burguesa vão levar o regime a uma crise de legitimidade aos olhos da própria burguesia. Daí esta encampar projetos próprios de superação do regime militar (mas não de superação da ditadura). Esta situação coloca de fato o problema das alianças a serem feitas pelo ME: embarcar na canoa furada da burguesia (acreditando, como fazem alguns, haver alguma contradição estrutural entre a sua fração nacional e a fração imperialista) ou unir-se decididamente às camadas populares contra o regime e contestando o próprio modo de produção. Tal problema, no entanto, só se apresenta para o ME onde a sociedade de classes já tenha se configurado de

uma maneira bem delineada. A economia brasileira não é integrada. A internacionalização do domínio imperialista, levando de roldão a burguesia nacional, eliminou a possibilidade de uma revolução nacional burguesa e permite (visto que a parte mais importante da produção, tanto industrial quanto agrícola, destina-se ao mercado interno, reduzido e concentrado, ou exclusivamente ao externo) a organização do espaço econômico interno de uma forma heterogênea, combinando relações sociais propriamente capitalistas com outras semi-capitalistas.

Em vasta regiões do país é notável a confusão junto às camadas populares (ainda não totalmente integradas ao mercado), sobre a natureza de seus interesses. Para o ME, da mesma forma, o problema das alianças nem se colocou: ainda coloca-se a própria organização do ME.

Ignácio J. G. Delgado e Jorge R. Sanguard Belo Horizonte (MG)

Frente Popular, anti-populismo, doutrinarismo.

"A Redação:
A proposta de uma Frente Popular, como alternativa para a ação parlamentar dos setores populares que hoje se vêem na contingência de utilizarem como canal o MDB, foi ponto de partida para uma discussão em nosso jornal que, acreditamos, será muito esclarecedora.
Curiosamente, algumas cartas chegadas ao jornal assimilam, por sua conta, Frente Popular como "colocar no mesmo saco reformistas, democratas de todas as matizes, liberais até socialistas consequentes" (Mariana Rodrigo, EM TEMPO nº 6). Vê-se assim, que para Mariana os liberais (uma corrente política e ideológica da burguesia) representam uma tendência política popular. Coisa do mesmo tipo é dita de forma ainda mais explícita por W.B. da Silva (EM TEMPO nº5), que em crítica fora de foco do jornal Versus, pergunta: "O que os companheiros entendem por democracia para o nosso povo? O povo, que eu saiba, é um conjunto dividido em classes. Que democracia pode satisfazer ao mesmo tempo a interesses

antagônicos?". Pula-se da afirmação de que o povo está dividido em classes, o que é verdadeiro, para concluir-se que essas classes têm interesses antagônicos. W.B. está enganado. "Povo" é o conjunto de classes exploradas e oprimidas da população. Não existem contradições antagônicas no seio do povo. Antagonismo existe exatamente entre o povo de um lado, e a burguesia de outro. Só é possível "encontrar antagonismo no seio do povo se se acredita que a burguesia faz parte dele. Neste caso o "populismo" realmente existirá, não na concepção de Frente Popular que esses companheiros pretendem criticar, mas na concepção de "povo" que tem. É assim que, fugindo do seu próprio populismo, muitos caem no isolamento e no doutrinarismo.

Mariana considera ainda "que qualquer liberal encamparia em seu programa" os pontos de unidade acertados no Rio para uma Frente Eleitoral Popular, como noticiado em nosso jornal, e não entende uma Frente Popular, como noticiado em nosso jornal, e não em

que os trabalhadores não tem independência política e ideológica para defender suas legítimas reivindicações de classe (...) rebaixando o programa socialista ao nível dos interesses dos setores que compõem a frente".

Afirmar que "qualquer liberal" encamparia em seu programa as reivindicações colocadas, se comprometeria de fato com elas, é no mínimo uma afirmação sectária. Mas a plataforma da Frente nada tem a ver com os pretendidos "setores de classes" (leia-se burguesia), que Mariana pretende incluir na Frente. Sendo uma iniciativa tática, ela tem a ver com o nível de consciência em que se encontra as camadas populares. Por outro lado, e principalmente, foi noticiado explicitamente que cada setor da frente terá garantida, em princípio, sua autonomia. Portanto, cada setor, entre outras coisas, poderá fazer a propaganda do socialismo da maneira que lhe parecer mais apropriada, como foi também explicitamente assumido. Além disso, não se deve confundir a atual Frente Eleitoral com uma futura

Frente Popular parlamentar. Para quem não quer confundir a realidade com os seus próprios desejos, não faz sentido falar em "rebaixar" o que ainda não foi levantado.

E evidente que dentro dessa frente várias serão as visões de socialismo presentes e propagandas, e portanto, não é isso que lhe dará coesão. O que dá essa coesão, hoje, é a necessidade da supressão mais completa possível do Estado autoritário.

Por isso, é fundamental que essa supressão seja obra do movimento operário e popular. E completamente diferente se a supressão do arbitrio é realizada pelo movimento popular ou se é iniciativa da burguesia liberal. O deslucamento do autoritarismo pelas mãos dos liberais significa a manutenção do máximo de aparato repressivo. Por obra do movimento popular significa a supressão mais completa possível desse aparato. O que queremos, é decisivo, é que a supressão do autoritarismo seja feita pelo movimento popular, como a única maneira de nos aproximarmos o

máximo possível de uma verdadeira democracia, do socialismo. Quem não coloca esta questão no centro de suas preocupações hoje não é um socialista; ou pelo menos é um mau socialista. A nosso ver, a Frente Popular é a resposta, a nível parlamentar, para esta bifurcação do movimento contra o arbitrio.

Nossa opinião é que não se pode esperar de médio prazo para nada acontecer do que uma frente de tendências políticas representativas dos trabalhadores e da pequena-burguesia democrática, em substituição ao MDB. Tal "partido" não será mais do que uma Frente Popular, onde nas condições atuais, a pequena burguesia terá um grande peso. Aos trabalhadores caberá garantir sua autonomia e lutar pela hegemonia; visto que ela não se conquista por decreto. E, é claro, entender que esta não é a sua única nem principal frente de luta. Tudo isso é "muito difícil", mas infelizmente não há outro caminho. Se fosse fácil..."

Antonio Carlos Carvalho
Rio de Janeiro (RJ)



O turismo contra os caiçaras de Trindade

Viagem a uma cidade fantasma, nas mãos dos projetos da Embratur e do conglomerado multinacional Brascan - Adela



As 120 famílias que habitavam o vilarejo de Trindade, a 28 quilômetros de Parati, no litoral fluminense, aos poucos foram abandonando suas casas rústicas, amendrontadas com as ameaças de jagunços armados de fuzis e metralhadoras. Hoje, o local parece mais uma cidade fantasma. É uma história que começa com especulação imobiliária gerada pela rodovia Rio-Santos, passa pelos planos ambiciosos de turismo da Embratur e chega à ação da empresa multinacional Brascan-Adela, que através de sua ponte de lança no Brasil, a Parati Desenvolvimento Turístico, projetou uma Miami tupiniquim na região, "um empreendimento para poucos que querem muito". As terras foram compradas do ex-governador Carlos Lacerda, em 1972, por um milhão de dólares e agora os trindadeiros estão agindo para reaver seus direitos.

A primeira impressão de quem chega hoje no vilarejo de Trindade, no quilômetro 202 da rodovia Rio-Santos, é a de estar penetrando numa cidade fantasma, de casas rústicas, pau a pique, semidestruídas e lacradas, com tábuas nas portas e janelas. Na praia ficaram bem visíveis as marcas deixadas pelas esteiras de tratores: na vegetação, antes abundante, abrem-se agora clareiras enormes.

Este é o resultado de quatro anos de pressões dos mais variados matizes sobre 120 famílias habitantes do local, com o objetivo de implantar ali um ambicioso projeto de turismo, sob a inspiração da empresa estatal Embratur e sob a execução da Parati Desenvolvimento Turístico, ponte de lança no Brasil do conglomerado multinacional Brascan-Adela.

A violência utilizada vai desde a invasão do lugar por um contingente de jagunços armados de fuzis e metralhadoras em 1974, até os recentes ataques sexuais sofridos pela professora Maria de Fátima Miranda, no último dia 24 de março, efetuados por quatro empregados da Trindade Empreendimentos Territoriais, sucessora da Parati Desenvolvimento.

A situação de Trindade está ligada à história da rodovia litorânea Rio-Santos, considerada um dos maiores polos de investimento imo-

biliário da região sul, pelos quatrocentos quilômetros de asfalto programados, cujo reflexo mais imediato foi trazer para as comunidades do litoral sul do Estado do Rio e norte de São Paulo, a alma do negócio: a especulação imobiliária.

Transação com Lacerda

De acordo com o Projeto Turis, da Embratur, que estabelece as "normas" para a implantação de projetos turísticos ao longo daquele litoral, a região entre Ubatuba e Parati é considerada prioritária para lançamentos de "categoria A". Quer dizer: "para poucos que podem pagar muito por máximas infra-estruturas de conforto e saneamento". Das 220 praias catalogadas pelo "Turis", 166 são consideradas "de vocação A". Sobre as praias, o projeto é sumário ao explicar sua utilização: "... devem ser sempre acessíveis mas sua utilização não carece, obrigatoriamente, de gratuidade".

O projeto foi elaborado em 72/73 depois das viagens de um grupo de estudiosos à Europa para ver de perto os projetos turísticos franceses, italianos e espanhóis, mas só foi divulgado em 75, quando a maioria dos contratos e aquisições de largas fatias de praias já tinham sido consumadas. A maioria, obviamente, por empresas multinacionais. Já em 72, a BrasCan-Toronto, holding do Grupo Ligth, e a Agencia del Desarrollo de la America Latina, um banco de investimentos europeu, com sede em Luxemburgo, compraram do ex-governador udenista Carlos Lacerda mais de sete milhões de metros quadrados de terras, nas regiões de Laranjeiras e Trindade, municípios de Parati, RJ, pela irrisória quantia de um milhão de dólares, ou seja, menos de dois cruzeiros e cinquenta centavos por metro quadrado. Para serem revendidas à base de 1.500 cruzeiros por metro quadrado, como já está sendo feito em Laranjeiras. Lacerda, que era promitente comprador da Fazenda Laranjeiras desde 67, incluiu, nessa passagem, as terras da Trindade, que segundo afirma o sr. Benedito Lopes, antigo escrivão de Parati, hoje com 97 anos, "nunca tiveram dono, desde o século passado que eu ando por essas terras, que é cami-

nho para Ubatuba, e nunca ouvi falar que tivessem dono".

Em Bruxelas, o começo

Em 74, na Feira de Turismo de Bruxelas, no stand da Embratur, o projeto Laranjeiras-Trindade foi lançado pela Parati Desenvolvimento Turístico. Neste lançamento o diretor de marketing Stanley Haar proferiu uma obra-prima da literatura comercial, em resposta à preocupação da Embratur, expressa no projeto, quanto ao isolamento da região: "O sonho de todo homem rico é morar numa ilha, por isso escolhemos Laranjeiras e Trindade para um lançamento de um projeto revolucionário na América Latina: Marinas, a exemplo de Miami. Um empreendimento para poucos que querem muito. Para manter o clima selvagem e primitivo da região vamos manter na área os antigos moradores, que darão o tom folclórico necessário ao lazer dos nossos clientes".

A forma como isso está sendo feito em Laranjeiras é bastante peculiar. Lá os antigos habitantes receberam, em troca das terras onde moravam, casas nas encostas da Serra do Mar e vão, aos poucos sendo treinados para funcionarem como caseiros dos futuros moradores do condomínio. Atualmente essa comunidade, com vinte famílias aproximadamente, vive na insegurança de continuar ou não vivendo nas casas que receberam, uma vez que estão ameaçados de verem seus títulos de propriedade transformados em contratos revogáveis pelos futuros condôminos. Enquanto isso não acontece o folclore fica por conta da companhia que passou a usar a comunidade como saída para as necessidades sexuais de seus empregados.

De certa forma isso acaba ficando coerente com a visão de "vilarejos típicos" e "vilas pesqueiras" expressa pela Embratur. Segundo ela essas comunidades "se originaram da fuga ao redemoinho existencial urbano", indo se instalar em "recantos de recreio". Flagrantemente invertendo o grave problema social originado de um plano de desenvolvimento turístico que, em favor de minorias, desaloja centenas de



famílias com direito secular às suas posses.

Outra pretensão do Projeto Turis diz respeito à mudança do clima das regiões a serem ocupadas, visando "amenizar as longas noites tropicais". O que já foi levado a termo, também em Laranjeiras, onde com a devastação da mata tropical existente na várzea, para dar lugar às "revolucionárias Marinas", fez baixar a temperatura em média cinco graus, ao abrir passagem para o vento sudoeste. A mesma devastação ocorre em Porto Frade e Bracuí, onde a densa floresta tropical, que margeava a estrada, deu lugar a um amplo deserto recortado de canais. Bracuí e Frade são dois dos empreendimentos nacionais da estrada, a cargo do incorporador Sergio Dourado.

O prefeito e o juiz

Trindade fica a 28 km de Parati. Segundo o gerente de projetos Ernesto Ferreira Cardozo Jr., "se houve pressão, foi de mercado." Ele é o homem de confiança da Brascan Adela e explica sua atuação: "trabalho para as empresas até deixar a área limpa para o início do projeto. Foi assim que trabalhei no Condomínio Laranjeiras e passei para o empreendimento da Trindade".

Ernesto Cardozo já responde dois processos na comarca de Parati. Um movido pelo pescador Jair da Anuniação, que teve seu rancho de pesca derrubado pelo tratoz da companhia e seus materiais de trabalho roubados. O outro movido pela prefeitura, por danos públicos qualificados, pela derrubada de placas que delimitavam a área da prefeitura na Trindade. Esta área, com 75 mil metros quadrados, foi doada à prefeitura em 1956, para ser dividida entre os moradores da região. E o trecho mais povoado e também o mais devastado.

O prefeito Benedito Gama, do MDB, procura um defensor que o auxilie na luta para furar o cerco bem armado da Brascan-Adela em torno de seus empreendimentos. Há cerca de duas semanas, ele tentou forçar a abertura da cancela que fecha a estrada entre Parati e Laranjeiras, autorizando o funcionamento de uma linha de ônibus que ligaria a cidade à Praia do Sono. O ônibus foi interceptado pela guarda particular que vigia a cancela e o delegado se recusou a intervir na questão. Nas palavras do vereador Newton Cananéia: "eles não respei-

tam nem o nosso poder de polícia".

Benedito Gama foi eleito em 76, praticamente, pelos votos da Trindade. Depois de uma ameaça dos empregados da companhia de que com a vitória da Arena, as terras seriam tomadas até "na marra", a população decidiu-se, em peso, pelo MDB e no último minuto foi a urna da Trindade que virou a mesa dando a prefeitura ao "Dito" Gama, deixando-o, porém sem a maioria na câmara, que é de 5 a 4 para a Arena.

O embargo expedido pelo prefeito determinando a suspensão dos trabalhos do tratoz que vem devastando as áreas da prefeitura e do Parque Nacional da Serra da Bocaina, já que a empresa fretada para o serviço não tem cadastro no município foi sumariamente ignorada. Os trabalhos de desmatamento visam principalmente "limpar a área" das posses que foram vendidas, sob coação, pelos moradores e que receberam mandado de reintegração em favor da Trindade Empreendimentos. No entanto, ao conceder a liminar autorizando a reintegração, o juiz José Sellitte Rangel, declarou ao advogado Jarbas Penteado, defensor dos posseiros, que a área reintegrada deveria ficar inalterada, "o que vem sendo sistematicamente desrespeitado", informa o dr. Jarbas, assistente do professor Sobral Pinto, patrono da causa dos trindadeiros. Depois de diversas denúncias feitas pelos advogados, ao juiz e ao delegado, se não provocou nenhum fato concreto para mudar o perfil da situação geral, ao menos um pequeno remanejamento forçou. O juiz Sellitte Rangel entrou de férias por 60 dias, assumindo o juiz Nelson Caetano, de Angra dos Reis; o delegado Ronald Braga foi transferido, entrando em seu lugar o dr. Evandro Brito Sarmento. O juiz Nelson Caetano, como está acumulando duas comarcas, só aparece em Parati nas sextas-feiras e até

agora não se pronunciou sobre nenhuma das denúncias. Já o dr. Sarmento, chegou a delegacia tendo o que fazer, tanto para colocar em ordem a delegacia quanto para capturar os quatro violentadores da professora.

Resistência trindadeira

Frente a todas essas adversidades, os trindadeiros resolveram partir para a ação passaram a acusar e a tomar providências para a reestruturação da vida e do trabalho que nos últimos anos foram deixados de lado em virtude das ameaças de despejo sumário. "Agora o importante é voltar ao trabalho, tratar das roças, sair pro mar, construir as casas nas posses que não vendemos, todo mundo junto porque na Trindade todo mundo é irmão, é primo, é tudo parente de qualquer jeito", afirma o posseiro João Possidônio, cerca de 50 anos, com problemas de circulação mas que não nega ajuda "pra qualquer serviço que não seja muito pesado, porque agora eu não posso, as pernas não aguentam".

Ao todo, estão vivendo hoje em Trindade 25 famílias que resolveram lutar pela "terra que é nossa, que nós não vendemos". Na última vez que se reuniram para decidir o que fazer pra resistir às investidas dos empregados-jagunços contra as casas recém-construídas e como reativar os trabalhos na lavoura e na pesca, compareceram 36 chefes de famílias, vários que se viram obrigados a se mudarem por não terem onde colocar mulher e filhos, mas que possuem também suas posses de lavoura que, como admite um parecer favorável do juiz José Sellitte, não foram vendidas.

Trindade já contou com 120 famílias habitantes, que desde a chegada da companhia foram saindo amendrontadas com as ameaças da jagunçada. Hoje, os que têm posses de lavoura e desejam voltar, estão sendo convocados a participarem da ação contra a Trindade Empreendimentos e terem de volta seus direitos.

Reportagem e fotos de Ennio Brauns Fº

A justiça baiana absolveu a Esso, empresa de petróleo norte-americana, da destruição pelo fogo da feira de Água de Meninos, ocorrida há 14 anos em Salvador. E condenou os feirantes a pagar as custas do processo: um bilhão de cruzeiros.

Água de Meninos: a Esso leva a melhor.

Em setembro de 1964 ocorreu o incêndio. Mais de mil e quinhentos feirantes de Água de Meninos, considerada a maior feira do Nordeste, localizada na Cidade Baixa, em Salvador, tiveram seus corpos queimados e suas economias completamente destruídas.

Dúvidas eles não têm quanto à culpa pela tragédia: Esso Brasileira de Petróleo S/A. E a certeza foi robustecida pelas conclusões do inquérito mandado instaurar pela Secretaria de Segurança Pública.

"Fica assim comprovada a interligação dos condutos de água pluvial da feira com aqueles usados pela Esso, e a existência de águas pluviais armazenadas em tanques, com também de restos de combustível em câmaras de carga de combustíveis em caminhões e carregamentos de latas de querosene", diz um trecho do inquérito constante dos autos.

E só quatorze anos depois é que a Justiça dá o seu veredito: a Esso Brasileira de Petróleo S/A é inocente e, portanto, a ação impetrada pelos feirantes é improcedente, pelo que ficam condenados a pagar as custas processuais, que montam, atualmente, a quase um bilhão de cruzeiros. A decisão foi do juiz Wanderlino Vasconcelos Nogueira, da 7ª. Vara Cível e Comercial de Salvador, no último dia 10 de abril, depois de dez anos com o processo sob sua responsabilidade.

As ilusões vão morrendo

Como as chamas do incêndio distante, as ilusões também se desvanecem. Pouco a pouco, os feirantes, a maioria dos quais trabalhando hoje na feira de São Joaquim, contígua aos tanques causadores da tragédia, vão tomando consciência de que a Justiça é feita para uns e não para outros. Uma lição que estão aprendendo a duras penas, entre a esperança sempre alimentada e as decepções que a abalam ininterruptamente.

O poderio econômico da Esso fez com que o inquérito demorasse três anos para ser concluído. A ação judicial, impetrada em maio de 1968, só teve a sua sentença neste mês, ainda em primeira instância. Toda essa demora está diretamente relacionada com todas as manobras protelatórias tentadas pelo advogado Ajax Baleeiro, da Esso, durante a tramitação do processo. Afinal, é sempre importante retirar o julgamento de uma conjuntura onde o episódio ainda está muito vivo na consciência da população.

Nem isso conseguiu evitar algumas reações contra a sentença do juiz. À parte as naturais reações dos feirantes, o destaque maior fica para a imprensa baiana, que, a exceção do Jornal da Bahia, deu grande destaque ao fato, que mereceu, inclusive, um editorial

agressivo do "A Tarde", tido como um veículo conservador. E mesmo sem qualquer manifestação mais explícita ou formal, a população de Salvador, de um modo geral, fez disso o seu principal tema durante alguns dias, indignada com o veredito.

Um reino de promessas

O obstinado, combativo, incansável Francisco Porcino Julião, homem honesto, liderança dos feirantes, com tudo de seu perdido no incêndio, principal responsável pela continuidade da luta, talvez seja o que mais decepções tem experimentado. Desde 1964 que ele vive em função da reparação dos prejuízos causados pela tragédia, exigindo que a Esso assumia, no plano financeiro, a ruína a que foram levados mais de mil e quinhentos pequenos comerciantes de Água de Meninos.

Promessas ele ouviu de todo lado. Viu Lomanto Júnior, governador da época, chorar à frente do incêndio e prometer "imediatas providências. Até para a Presidência da República ele apelou, enviando um memorial a Geisel, cuja acusação de recebimento, em maio de 1976 veio assinada pelo subchefe da Secretaria Administrativa do Ministério da Justiça, a quem o Presidente encaminhara o documento. O tempo rolou e as promessas caíram no vazio. E agora a sentença fria, seca. É explícita.

Com o juiz, Francisco Julião sempre foi conciliatório. Nunca fez contra

ele qualquer declaração mais contundente, desabonadora. E após esse comportamento cauteloso, vem o impacto da decisão, que, diz Julião: "cheguei a ser pior do que o incêndio". Seus cuidados ao falar no "dr. Juiz" eram justificáveis pela possível sentença favorável que ele despacharia, pois considerava quase impossível alguém tomar outra posição. Mas, a Justiça não é para todos.

Afinal, sempre é bom lembrar a fábula do lobo e do cordeiro e o jornal "A Tarde" lembrou-a oportunamente. Pelo menos neste caso, diz o editorial, venceu o mais forte. Exceção? É certo que não. As exceções são para o cordeiro e não para o lobo. E se Julião e os demais feirantes tivessem, bem antes, procurado conhecer um pouco mais a história do juiz Wanderlino Vasconcelos Nogueira não estariam tão desapontados — ou pelo menos tão surpresos.

No meio jurídico, sobretudo entre os advogados que transitam pelos corredores do Fórum Rui Barbosa, em Salvador, ele é visto como um juiz que dificilmente deixa de ter suas sentenças reformadas pelo Tribunal de Justiça do Estado. E os juristas que o criticam, muito embora destaquem a fragilidade de suas decisões e a fraqueza de sua fundamentação, não acham que o problema básico seja o de falta de cultura jurídica, preferindo, contudo, não adiantar mais nada "devido à falta de provas mais concretas".

Um futuro de incertezas

Hoje, entre os antigos feirantes, há tristeza e revolta. A voz sai quase sempre seca, destemida, cortando como navalha, disposta a enfrentar o mundo, a desafiar os céus. Mas, ainda esperam exclusivamente na Justiça. Acreditam que o Tribunal de Justiça do Estado, para onde os seus advogados prometem apelar, acabará por reformar a "ineplicável" sentença do juiz. Será que será a vez do cordeiro? Depende muito dele mesmo.

Francisco Porcino Julião, a grande liderança dos feirantes, diz que a luta não é política. E acha Antonio Carlos Magalhães um dos maiores políticos do País. Não desiste da luta, mas tem como advogado um homem como Raimundo Magaldi, conhecido por suas posições conservadoras, não sendo poucas as pessoas em Salvador que dizem ter sido ele um forte candidato a Delegado de Polícia Federal. Talvez

seja a incompreensão de que esse é um embate do grande contra o pequeno capital e que o Estado e suas instituições, invariavelmente, estão do lado do grande que fará com que, infelizmente, haja um acúmulo muito grande de desilusões. E o cordeiro, assim, continuará cordeiro. E derrotado.

Contudo e apesar de tudo, os feirantes, e sobretudo Francisco Porcino Julião, têm o mérito de persistirem na luta contra as grandes companhias multinacionais — a Shell também está no processo. E pode ser, a depender inclusive da pressão da chamada opinião pública, que eles obtenham alguns êxitos, conseguindo, pelo menos, o pagamento de alguns de seus prejuízos, já que as marcas que permanecem no corpo e na alma de cada um ninguém conseguirá apagar. A raiva e as cicatrizes das queimaduras estão incrustadas no físico e no espírito deles. E os que se suicidaram depois do incêndio — e não foram tão poucos — não poderão sequer ver os resultados dessa eventual reparação.

Emiliano José

EM TEMPO!